

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Documento recebido em 12 SET 79Distribuído em 12 SET 79 através
do envelope n.º 12 SET 79 00129para a reunião ordinária de 12 SET 79Jornais de 30 AGO.
a 10 SET. 1979SECRETÁRIO PERMANENTE ADJ
CONSELHO DA REVOLUÇÃO

IMPrensa NACIONAL

Os factos recentes, a mobilizar as atenções de primeira página, foram os su-
mentos, as correcções aplicadas à linha do Governo anterior em áreas muito sensíveis
(Com.Social) e declarações ou interpretações sobre os próximos actos eleitorais (da
tas, relação Governo / A.R., estratégias partidárias ...). No entanto, foi tão notá-
vel, neste período, o alastramento da "questão religiosa" a jornais que lhe dedicavam
menos atenção, que pareceu necessário tratar este último ponto com um desenvolvimento
especial.

Fundação Cuidar o Futuro

1. CUSTO DE VIDA - A questão dos aumentos é discutida em função da sua inevitabilidade ou não, das possíveis compensações sociais e principalmente da questão dos responsáveis a quem endossar a culpa. Entra aqui, em termos jornalísticos, a expressão "pesada herança", que aparece nos títulos e nos editoriais e é comentada com mais ou menos humor.
2. COM.SOCIAL E OUTRAS CORRECÇÕES - Uma feitas, outras reclamadas ou te-
midas, estão na ordem do dia as correcções da "herança" em vários domínios. Amaro da Costa considera que já começou o saneamento do CDS na Com.Social.
3. AS ELEIÇÕES E OS PARTIDOS - Depois de uma série de interrogações e de prognósticos contraditórios, os jornais tendem a unân timer-se "marcando" as intercalares para 2 DEZ.; alguma discussão e incerteza quanto às eleições locais. Possível candidatura de Freitas do Amaral à Presidência da República desmentida pelo próprio.
4. A "QUESTÃO RELIGIOSA" - A expressão aparece aqui entre entre aspas, sabendo-se que o seu conteúdo actual é muito mais complexo do que na I Repú-
blica. Comentadores de todos os jornais surgem interessados numa questão que, no fundo, é a de como vai votar o cristão em Dezembro.



análise de imprensa

1. CUSTO DE VIDA*Lurdes*

Muito politizada, a questão dos aumentos parece tornar-se a questão da culpa, que a oposição de direita lança claramente sobre quem os decreta, e que a esquerda assaca sobretudo à "herança" de Mota Pinto, "salvando" o V Governo com reservas e pedindo-lhe contrapartidas.

A Imprensa afecta a uma oposição de direita fala do "isolamento" do Governo ("Cor.Manhã" de qua.5) : o antetítulo das centrais, no "Dia" de qui.6, considera a "Operação 'solidariedade' quase fracassada", com Maria de Lurdes Pintasilgo limitada ao apoio "discreto" do PS, PCP e Intersindical.

Sabidos os quantitativos, esta mesma Imprensa sublinha a sua gravidade e não poupa as críticas. Para "O Dez de Junho" de sex.7, "o que está em causa, neste momento, é o sistema que já deu tudo o que tinha a dar" ; todos os artigos sobre o assunto, na 2ª e 3ª págs., censuram a Primeira-Ministra, ironizam sobre as suas preocupações de justiça social e moralizam sobre "as razões profundas dos partidos da Aliança Democrática" quando se opuseram ao V Governo. Conclusão de um artigo de análise, na 3ª pág. deste semanário : "... a 'maioria de esquerda' custa caro, muito caro ..."

No sáb.8, os títulos principais, a toda a largura, do "Dia" e do "Cor.Manhã", são, respectivamente, "A 'GRANDE AVALANCHE' CHEGOU NESTE FIM-DE-SEMANA" e "O GRANDE 'PACOTE'" (com algum sarcasmo de gosto discutível na paginação de uma fotografia de M.Lurdes Pintasilgo sentada no lugar do "pacote")

Fundação Cuidar o Futuro

Sem se envolver muito, o "Expresso" de sáb.8 faz um esforço de compreensão dos aumentos, evitando culpabilizar o Governo em bloco ; no título de 1ª pág., o que se passou foi que "Tese Sousa Franco venceu tese Correia Gago", e na 3ª pág. Marcelo R.Sousa lamenta mais a ausência de "um esquema global de medidas económicas de fundo" e de um Governo que "possa" governar.

Breve relance pelo trajecto do "Diário de Lisboa", nesta matéria : o título principal, a caracteres vermelhos, na ter.4, era "CGTP E UGT CONTRA OS NOVOS AUMENTOS - Partidos aguardam razões do Governo", com fotografia de Sousa Franco ; na qui.6, numa pág. interior, a reportagem à saída de S. Bento sintetiza assim os depoimentos ouvidos - "Ainda que por razões diferentes - PARTIDOS E SINDICATOS REJEITAM AUMENTOS" ; na sex.7 há uma intenção evidente de poupar o Governo - (1ª pág.) "Sério revés para as intenções sociais de Lurdes Pintasilgo - GOVERNO DIZ O PREÇO DA 'HERANÇA MALDITA'". No dia seguinte, todo o esquema da 1ª pág., e o artigo nas interiores, que o desenvolve, insistem em sublinhar a gravidade dos aumentos para a generalidade da população e em pôr interrogações à argumentação invocada pelo Governo.



A pequena história da atribuição das culpas à "herança", e respectiva contestação, é suficientemente ilustrada nos recortes fotocopiados que seguem (a "herança" foi adjectivada de "maldita" pela delegação do PCP em S. Bento, no dia 5, e de "envenenada" em "Política de A a Z" do "D.Lisboa" de 31 AGO.).

O editorial do "Avante !" de 6SET., embora fazendo uma distinção entre o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo e os anteriores, pede-lhe "precisão" na afirmação desta diferença, entendendo como fundamentais questões "tais como a política dos empréstimos, do recurso ao crédito estrangeiro, a política de preços, a política laboral, numa palavra : a questão dos preços e dos salários .../..."

"Voz do Povo" de 7SET. toma posições muito firmes contra os aumentos, considerando a política económica do V Governo como de "evolução na continuidade".

O PSD e o CDS publicam hoje, ter.11, comunicados contra o "novo gongalvismo no poder", denunciando especialmente os aumentos e as substituições em órgãos de gestão na Informação estatizada.

2. COM.SOCIAL E OUTRAS CORRECÇÕES

Na série de recortes fotocopiados seguem apelos à correcção da "herança", na área da Com.Social estatizada, provenientes do PCP e do PS, que têm mantido regularmente a denúncia de arbitrariedades e irregularidades, com mais relevo para a RDP. A última edição de "Accção Socialista" inclui uma entrevista com Arons de Carvalho (6 SET.), com o ponto-da-situação sobre a Imprensa estatizada e a RDP e a afirmação de que "o PS não estará ca lado" enquanto determinadas situações não forem alteradas.

A expectativa é, naturalmente, inversa por parte da oposição de direita, que, uma vez feitas as primeiras substituições de gestores, se insurge contra os "saneamentos e o "rolar de cabeças". O CDS sente-se especialmente atingido na RTP (Amaro da Costa ao "Com.Porto" de dom.9).

Por outro lado, a assinatura da portaria regulamentadora do trabalho para a RTP, no seu teor final, foi considerada, pela FETESE (Sind. Escr. e Serviços), cedência ao sindicato CGTP das Telecomunicações, por chantagem com a ameaça de greve na altura dos "Jogos sem Fronteiras" ("Cor.Manhã" de 7 SET.).

Parece agudizar-se o debate numa outra área em que a esquerda tem pedido correcções à "herança" - a Reforma Agrária. A CAP diz que "MAP só entrega terras com autorização do PC" ("Cor.Manhã" de hoje, 11) e dá um "prazo" de duas semanas ao Governo para cumprir as entregas de reservas ou clarificar a sua política agrícola (títulos do "Jor.Novo" de 10 e do "Dia" de 11).



*Luís*3. AS ELEIÇÕES E OS PARTIDOS

Os jornais têm politizado, em sentidos opostos, as diligências do ministro Costa Brás, com a Imprensa próxima da Aliança Democrática acusando-o de "corresponder à vontade da maioria de esquerda" ("Dia" de 30AGO.). Nos jornais do dia 1 SET. aparece um comunicado da Aliança considerando que "saíu gorada" a "manobra Costa Brás para pôr em causa a data da realização das eleições locais". A generalidade da Imprensa tende a "marcar" ultimamente as intercalares para 2 de Dezembro, hesitando quanto à data das eleições locais (meados de Dezembro ou Janeiro).

Tem-se desenrolado uma polémica entre a Aliança Democrática e, especialmente, "O Diário", quanto ao que seria uma espécie de "abuso de confiança" na utilização da figura de Adolfo Suarez. Em "O Jornal" de 7SET., o correspondente fala com um dirigente da UCD espanhola, em Madrid, o qual mantém que não está decidida, em definitivo, a presença de Suarez nos comícios da A.D., e que "se fosse pela vontade deles inclusive o rei iria participar em comícios eleitorais a favor da Aliança Democrática."

"A Rua" dedica muito da sua última edição (6 SET.) a denunciar ambiguidades e "complexos de esquerda" no PSD, alvitrando que Meneres Pimentel pode abandonar o partido, por aproximação aos "inadiáveis" e a Ramalho Eanes. Outros comentadores de direita têm produzido alguns editoriais sombrios, falando de "um cheiro a fim de tudo" e de "fim de regime" (o "Horizonte" de A.F. no "Tempo" de 6 SET.) e de "um regime que apodrece" (J.M. Júdice no "Diabo" de 11) : o sistema político está "ferido de morte" e pede o "golpe de misericórdia".

Por seu turno, os editoriais e comentários da Imprensa ou de personalidades do PCP falam do "desespero" e do "medo" da direita (artigo de João Paulo Guerra no "J. Notícias" de 30AGO. e editoriais do "Diário" de 7 e 11 SET.).

4. A "QUESTÃO RELIGIOSA"

Três ou quatro casos concretos animaram, durante o período a que se refere o presente boletim, aquilo que se designa aqui por "questão religiosa", envolvendo a participação de jornais normalmente menos interventores. Não se fará referência às entrevistas da Primeira-Ministra a órgãos da Com.Social estrangeiros, tratadas na análise de Imprensa estrangeira (parcialmente reproduzidas por vários dos nossos jornais).

ABORTO - Adelino Alves, no "Dia" de 6SET., continua, em resposta a uma carta de um leitor, este tema, que foi ele a suscitar logo após a indigitação de M.Lurdes Pintasilgo. Trata-se, neste caso, de reiterar confiança na posição da Dr.^a Manuela Eanes neste assunto, a qual, segundo Ad.Alves, "sente com a Igreja", ao contrário de M.Lurdes Pintasilgo ("O Dia" de 21 AGO.).



análise de imprensa

No mesmo "Dia" de 6SET., e para sublinhar a diferença de posições, Adelino Alves comenta, noutro artigo, a entrevista a "El País", considerando "algo subtis" as declarações aí expressas e não se mostrando tranquilizado.

POSIÇÃO DA HIERARQUIA - Outra questão que vem do período tratado no boletim anterior : as declarações do bispo auxiliar de Braga são saudadas por alguns jornais com um relevo muito especial - à frente de todos, "O Dez de Junho" de sex. 31AGO., que reúne aquelas com outras proferidas em Fátima sob um mesmo título a toda a largura : "HIERARQUIA DA IGREJA FAZ OUVIR A SUA VOZ". O comentário, nas centrais, entende que o alerta de D. Manuel Ferreira Cabral é dirigido "a todos os portugueses que independentemente do seu credo desejam e pugnam pela manutenção da identidade nacional ; identidade nacional que, em 1975, uns quantos traidores sonharam roubar ou aniquilar, para que o marxismo reinasse .../... etc."

O discurso do bispo auxiliar de Braga é ainda aplaudido por João Rosa, no "Tempo" de 6SET., como já o fora, naturalmente, por Adelino Alves no "Dia" de 4SET. ("Os católicos e o voto").

No "Jornal de Notícias" de dom.2, César Príncipe lembra ao bispo que "foi um partido de tendências vermelhas que obteve a maioria dos votos no distrito de Braga (108 292), enquanto um que se denomina de 'cristão' só recolheu 85 260 ; não incorrerá D. Manuel no risco de, aconselhando os crentes a irem às urnas em vez mesmo de irem à missa, que o seu apelo redunde numa votação ainda mais rubra ?"

A Imprensa próxima do PCP, mantendo o "low profile" habitual nesta matéria ("Em Portugal não existe problema religioso" - ed. "Diário" de 30AGO.), sublinha a não obrigatoriedade do voto e a variedade de posições entre os próprios membros da Hierarquia. Noutro tipo de intervenção (suplemento de Agricultura do "Diário" de 4SET.) transcreve um discurso recente do Papa João Paulo II sobre a Reforma Agrária e o desenvolvimento rural.

A par da homilia no Sameiro, foram também objecto de polémica declarações de vários bispos na Peregrinação dos Amigos de Angola, em Fátima. No "Diário de Notícias" de 31AGO., Raul Rego responde com indignação a afirmações atribuídas a D. Francisco da Mata Mourisca, sobre os Direitos do Homem. Segundo o "Tempo" de 6SET., "a campanha da Igreja contra o abstencionismo teria sido decidida há menos de um mês em reunião do Episcopado, em Fátima" ; no "Jornal" do dia seguinte afirma que no Cons. Permanente da Conf. Episcopal houve duas teses em confronto, quanto à atitude a tomar face ao Governo.

JORNAIS ABREM-SE AO ESPAÇO RELIGIOSO - Para além da evidente câmara de eco que vários jornais se fazem de casos pontuais no meio religioso, o que tenderá a tornar-se mais frequente à aproximação das eleições, parece haver uma maior sensibilidade à temática religiosa e uma maior frequência de colaboração ou recolha de opiniões sobre a mesma. Assim, no "Com. Porto" de sáb.1 de



análise de imprensa

SET., Arnaldo de Pinho inicia uma presença regular que passará a chamar-se "Igreja e Sociedade". O "Diário de Notícias" da mesma data publica um inquérito sobre "Os católicos e a política", com intervenções de Teresa Santa Clara Gomes, Salgado Zenha, Helena Roseta e Carlos Costa; no "Dia" de 7 SET., Adelino Alves comenta e critica o texto de Salgado Zenha. Finalmente, "A Capital" de 29 AGO. a 4 SET. publicou uma série de artigos assinados por Manuel Bidarra, sob o tema geral "Os católicos e o poder", onde se procura sintetizar a história da intervenção dos católicos no processo português desde os anos 50.


 SACR, 11 SET.79

A propósito do Governo de Lurdes Pintasilgo

o jornal 7-9-79

Hierarquia da Igreja debate relações com o Poder

Algumas pontuais diferenças de opinião marcaram uma reunião recente de bispos com assento no Conselho Permanente da Conferência Episcopal, segundo uma fonte que «O Jornal» considerou digna de todo o crédito. No encontro, que terá sido rodeado de um carácter de certo modo informal, foi discutido o tema das relações entre a Igreja e o poder político, que a Igreja não actualidade desde a tomada de posse do eng. Lurdes Pintasilgo (uma personalidade católica de reconhecido prestígio junto de alguns sectores da Hierarquia) como Primeiro-Ministro.

A posição da Igreja face ao Governo terá sido justamente um dos pontos mais debatidos em virtude até da expectativa que se criou ao nível da opinião pública e das forças políticas sobre o problema. Nesta matéria, e segundo as mesmas

fontes, terão surgido basicamente duas teses: uma, que preconizava uma relativa demarcação do episcopado face ao Governo, visando acautelar a necessária independência face ao chamado «poder temporal», ainda que não significando

uma crítica global e muito menos frontal ao Executivo e à sua política; outra, apologista de uma atitude mais discreta e prudente, que se deveria traduzir (à semelhança do que aconteceu com anteriores elencos governativos) na manutenção do tradicional silêncio que, nas circunstâncias actuais, não poderia ser interpretado nem como crítica nem como apoio. A primeira tese teria sido exposta fundamentalmente pelo Cardeal Patriarca de mes (bispo do Porto), D. António Reis Rodrigues (bispo de Madarsum) e D. Eurico Nogueira (arcebispo de Braga), enquanto a segunda seria desenvolvida nomeadamente pelo cardeal patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, e pelo bispo de Setúbal, D. Manuel Martins. De assinalar a diferença de

opinião (algo incomum), embora perfeitamente natural, entre D. António Ferreira Gomes e D. Manuel Martins, desde antes de ser sagrado bispo de Setúbal, íntimo amigo e colaborador do bispo do Porto, tendo inclusivamente desempenhado o importante cargo de vigário-geral da diocese.

Segundo alguns especialistas da matéria, e a julgar pelos acontecimentos posteriores, terá prevalecido, ainda que ligeiramente matizada, a posição defendida pelo cardeal Patriarca de Lisboa — o que desde logo suscitou reacções de menos agrado por parte de diversos sectores políticos, que têm feito sucessivos apelos à Hierarquia da Igreja no sentido de «fazer ouvir a sua voz». Esta tem sido, de resto, a tática seguida por diversos órgãos

de comunicação social, e que transpareceu claramente no aproveitamento que fizeram de uma recente homília do bispo auxiliar de Braga, D. Manuel Ferreira Cabral, bem como das declarações produzidas por diversos membros da Hierarquia durante a II Peregrinação de Amigos de Angola a Fátima. Diversos párocos estarão a ter actuações que não se compaginam com aquela orientação geral. Neste quadro, não deixa de ser significativo a relativa frieza com que foi acolhida nos mesmos sectores a carta do bispo de Setúbal a propósito da greve dos médicos e donde transparecia uma crítica serena, mas firme.

A proximidade da campanha eleitoral poderá, entretanto, intensificar as pressões junto da Hierarquia para que venha a tomar uma posição não apenas sobre o Governo de Lurdes Pintasilgo como sobre o sentido de voto dos crentes e o próprio futuro do País. É que se há algum ponto em que se regista um acordo completo entre as diversas forças políticas, ele é justamente acerca da importância da Igreja na opção eleitoral de largas camadas da população.

Núncio Apostólico de Lisboa para Paris

O Núncio Apostólico, D. Ângelo Fellici, que é simultaneamente o embaixador do Vaticano em Portugal, presta-se para deixar o actual cargo, que desempenha desde 13 de Maio de 1976. D. Ângelo Fellici, que já apresentou os tradicionais cumprimentos de despedida ao chefe do Governo português, deverá

encontrar-se ainda, seguindo os cânones diplomáticos, com o Presidente da República. Por outro lado, está prevista para o próximo dia 19 uma recepção de despedida aos bispos portugueses.

Rompendo com o que tem constituído uma sólida tradição, D. Ângelo Fellici foi nomeado Núncio Apostólico em Paris, mantendo o título de arcebispo. Habitualmente, os núncios em Lisboa subiam sempre ao cardinalato e eram colocados no Vaticano — atingindo, assim, o cume da carreira eclesiástica. Este costume decorre do facto de Portugal ser uma das quatro nações com o título especial atribuído pela Santa Sé — «Nação Fidelíssima», como gostava de lhe chamar o Papa Pio XII.

D. Ângelo Fellici fora anteriormente núncio nos Países Baixos durante oito anos (o período mais importante da crise da Igreja holandesa), tendo substituído em Lisboa D. José Maria Sensi.

o jornal 7-9-79

M.L. Pintasilgo atacada à homília

Um destes domingos, Maria de Lurdes Pintasilgo entra numa igreja de Lisboa, para assistir à missa. Discretamente, misturou-se com a multidão de fiéis. Qual não é a sua surpresa quando, à homília, o celebrante desata a atacar o V Governo e a figura do Primeiro-Ministro. Uma pergunta inocente de «Periscópio»: quantos párocos de Lisboa poderão pensar que o episódio se terá passado na sua igreja?



TAXA DE INFLAÇÃO SOBEE ESTE ANO PARA 24 POR CENTO

Contrariando as estimativas do Governo Mota Pinto, que anunciou exaustivamente não ultrapassar 22 por cento a taxa de inflação do corrente ano, a O. C. D. E. prevê agora, no seu estudo anual consagrado a Portugal, que o aumento dos preços atingirá cerca de 24 por cento, ou seja, dois pontos mais que o então divulgado; esse aumento terá já em conta os últimos aumentos dos preços do petróleo. Recorde-se que as taxas anteriores haviam sido de 27 por cento em 1977 e de 22.5 por cento em 1978.

Por outro lado, e no estudo em referência, a O. C. D. E. diz que o nosso país vai sofrer em 1979 um abrandamento no seu crescimento económico, acompanhado de um aumento da inflação



o jornal 7-9-79

Aumentos inevitáveis

Em Abril último, estudos oficiais recentemente citados por um membro do IV Governo apontavam para a necessidade de um aumento de 15 por cento no preço da gasolina e de cerca de 20 por cento no do gasóleo. Esta semana, as previsões dos novos preços destes dois produtos essenciais para fazer andar o país, permitem calcular que, por exemplo, o aumento do preço da gasolina super representa 25 por cento. Isto é, em vez de ter o preço aumentado de 31\$00 para 36\$00, seremos, agora, forçados a pagá-la a 39\$00. O que, multiplicado por muitos milhões de litros, nos dá uma péssima amostra do prejuízo que para a bolsa do cidadão comum advém do demagógico congelamento dos preços dos combustíveis pelo Executivo Mota Pinto.

Em Junho, já peritos económicos calculavam em cinco ou seis milhões de contos o volume dos prejuízos acarretados às empresas públicas pelo IV Governo, ao impedir os aumentos de tarifas que aquelas poderiam ter nos primeiros meses do ano. No caso, por exemplo, da EDP (Electricidade de Portugal), estimava-se nessa altura que a empresa já teria perdido cerca de dois milhões de contos. Hoje, mais dois meses volvidos, esse prejuízo não andará longe dos três milhões, pois o défice mensal daí resultante deve rondar os 400 mil contos.

Quer isto dizer que o anterior Governo não foi totalmente ineficaz num propósito que não pode deixar de lhe ser atribuído: o de agravar decisivamente, a médio prazo, a situação e a imagem das empresas públicas, cujos resultados não poderão deixar de reflectir a manipulação de que foram objecto.

É, porém, óbvio que a inevitabilidade do aumento de certos preços — e, hoje em dia, que produto pode isentar-se de ser de alguma forma «vítima» do agravamento do custo das ramas de petróleo? — nada tem a ver com a necessidade de proteger a imagem das empresas públicas.

Quando o preço do (cada vez mais justamente) chamado ouro negro aumenta, os reflexos que daí resultam tanto atingem o sector público como o privado. Numa escala mais larga, os seus efeitos não poupam Estados capitalistas nem comunistas, antes sustigam por igual as economias liberais e as planificadas.

Pretender atirar para cima das empresas públicas, como o têm feito, nestes últimos dias, os partidos da Aliança Democrática — todo o odioso do aumento dos preços agora anunciados, parece-nos que não é honesto.

O aumento dos preços dos combustíveis é, ainda, em grande parte, a panaceia com que se remedia o esvaziamento do Fundo de Abastecimento — essa «instituição» da nossa economia, inventada quando o petróleo custava três dólares por barril, ou seja milíssimo menos que os mais de 20 dólares que ora custa, isto sem levar em conta que o dólar de hoje custa duas vezes mais escudos do que o de há meia dúzia de anos... O que sucede é que para esse Fundo os sucessivos Governos não conseguiram ainda arranjar uma alternativa.

A situação é complexa. Mexer no preço da gasolina não tem grande efeito, até porque, representando aquele combustível apenas 12 por cento da procura total de refinados e sendo produzido internamente com excedentes, é a própria redução do seu consumo que não faz sentido. Mas, também, a verdade é que não foi ainda encontrado e posto em prática um mecanismo que permita abolir o financiamento do Fundo de Abastecimento pelos combustíveis, ou substituir estes por outros «bómbos da festa»...

Os aumentos agora em vias de execução são duros de roer, é verdade, para a esmagadora maioria da população, que tem baixos rendimentos, mas são de facto inevitáveis. Dizer o contrário é mentir.

Quando ainda andava com a chave do carro na algibeira, Mota Pinto já o sabia. Agora, sente-o, talvez melhor, quando atesta o depósito do automóvel. Mas, quem o sente em toda a cruzeta é, sobretudo, quem nem sequer tem automóvel, mas tem hoje de pagar pelo petróleo (que, afinal de contas, ainda é o que tudo faz girar) um preço mais alto do que o que teria de pagar se certos aumentos tivessem sido feitos a tempo e horas. Neste caso, até, talvez, ao próprio professor de Coimbra saísse mais barato o uso do carro particular...

ERA INEVITÁVEL...

POR FALTA DE DECISÕES A TEMPO

PREÇOS PODEM TER DE AUMENTAR MAIS

Diário de Lisboa

Sexta-feira, 31 de Agosto

Era inevitável — e o «D. P.» alertou, por diversas vezes nesta secção da Economia, para a situação que se estava, então, deliberadamente a criar: os preços de alguns produtos e serviços vão ter de aumentar por falta de decisões tomadas a tempo, ou seja, pelo Governo Mota Pinto. E tudo leva a crer, que, precisamente por isso, os aumentos podem vir a ser mais volumosos agora do que se tivessem sido aplicados há meses atrás, como tudo aconselhava. Tais aumentos devem ser determinados já no início da próxima semana.

E ao País deverá ser explicado que os aumentos de preços já estavam na «agenda» do Governo Mota Pinto. Trata-se de uma herança envenenada deixada ao Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo como, de resto, já foi denunciado.

Mas o País terá que pedir a este Governo, sem prejuízo da sua missão específica, que aplique correcções à vida económica no domínio dos preços e da distribuição dos artigos de alimentação e de consumo corrente.



Fundação Cuidar o Futuro

A culpa foi dos 1000

O JORNAL 7 SET. 79

Governo dividido entre imposições económicas e intenções sociais

José Pedro Castanheira

O aumento dos preços de alguns bens e serviços essenciais, anunciado pela primeira vez há dez dias, tem dominado a vida política do País, sendo objecto obrigatório das «manchetes» dos jornais e das declarações dos líderes políticos. Inevitáveis na óptica da maioria dos especialistas económicos, os aumentos impuseram-se ao Governo de Lurdes Pintasilgo como uma necessidade absoluta, única forma de equilibrar as finanças das empresas públicas e de socorrer o depauperado Fundo de Abastecimento. (Ver entrevista com o ministro do Comércio e Turismo).

Consciente da urgência dessas medidas, o Governo tem procurado, algo desesperadamente, encontrar formas de compensação que, na área social, equilibrem os efeitos económicos deste surto inflacionário, que estenderá os seus efeitos a muitos outros produtos, inclusivamente no sector da alimentação.

Formas de compensação que não só diminuam o impacto dos aumentos, como esvaziem o aproveitamento que será certamente feito por determinadas forças políticas (sobretudo quando o País está à beira de um novo período eleitoral) e impeçam a frustração de largas camadas da população perante um Governo que tem sido encarado com uma expectativa benevolente.

Segundo apurámos, esta curiosa dialéctica — aumentos inevitáveis e a necessidade de os fazer acompanhar por medidas de carácter social — tem dominado os últimos plenários do Governo, onde são transparentes estes dois tipos de sensibilidade, por vezes contraditórios. De um lado, a equipa económica, subjugada pela lógica dos estudos técnicos e pela herança legada pelo Governo de Mota Pinto. Do outro lado, a equipa social, que tem tentado prodígios de imaginação no sentido de descobrir medidas resistentes e viáveis que ajudem as camadas economicamente mais débeis.

O sector social, a que a própria Lurdes Pintasilgo é particularmente sensível e onde se incluem os titulares das pastas do Trabalho, Assuntos Sociais, Transportes e Habitação, parece revelar uma grande coesão, que vai ao ponto de os levar a preparar com antecedência as reuniões do Conselho de Ministros (ainda ontem, aqueles ministros almoçaram juntos no Ministério do Trabalho, com o objectivo de trocarem impressões sobre a reunião que vai esta tarde decorrer em S. Bento). Em todo o caso, a lógica dos

números parece estar a impor todo o seu peso — e as pequenas vitórias da equipa social limitaram-se, até ao presente, a evitar aumentos ainda mais substanciais de alguns produtos e a consciencializar progressivamente os seus colegas de Governo para a necessidade de agir igualmente e com urgência, no domínio social.

Mas, infelizmente, os trabalhos neste domínio têm-se revelado algo morosos havendo apenas alguns projectos relacionados com o salário mínimo e o subsídio de desemprego (como «O Jornal», revelou em 1.ª mão), com um novo conceito de cabaz de compras — e mesmo esses em fase de elaboração, pelo que só poderão ser aprovados mais tarde.



«Pacote Pintasilgo»

bate «recordes»

Já uns dias antes, a comunicação social oficiosa da «maioria de esquerda» vinha preparando o ambiente que adoçasse a pirula das medidas impopulares do V Governo. Justificava a propaganda oficiosa as medidas a tomar com o argumento de que os agravamentos de preços deviam ter sido feitos há muito (o PS até os reclamara no Parlamento), vinham na sequência da política do III e IV Governos e resultavam em conclusão inevitável de permissas contidas no Orçamento Mota Pinto.

A propaganda oficiosa esquecia — deliberadamente — dois factos: que esse Orçamento fora mutilado e refundido pela «maioria de esquerda» parlamentar, que na prática se tornara o seu autor moral e material; que o IV Governo intentara substituir os agravamentos de preços por um «pacote energético» ignorado pelo V Governo e pelo repudiado imposto excepcional sobre o 13.º mês.

Existe um défice de 10 a 12 milhões de contos no Fundo de Abastecimento, que urge ser colmatado. A solução adoptada pelo Governo Pintasilgo é a subida dos preços de combustível e de outras fontes de energia, a repercutirem-se nos portes e indirectos dos bens...

PINTASILGO SEM ASAS?

As dificuldades do V Governo nas suas relações com os partidos apolantes não serão mitigadas pelo presente oferecido ao PS e ao PCP de arvorarem as socialistas Uniões de Agricultores e a peçepista Confederação Nacional de Agricultores em «parceiros sociais» (vem a propósito referir que se confirmou ontem a notícia dada em primeira mão por o dez de junho, já há semanas, de que o Governo Pintasilgo iria promover a CNA e as UDA'S). Desta compensação o Executivo apenas obteve o reforço da oposição da Confederação dos Agricultores Portugueses, CAP, que se recusou a dialogar com S. Bento.

Não menos fácil é a posição de Ramalho Eanes, que se identifica totalmente com o «Executivo Pintasilgo — maioria de esquerda». Os custos políticos da subida dos preços revertem igualmente sobre Belém, sendo admitido nos círculos próximos à Presidência que a Eanes nada mais resta do que também ele procurar distanciar-se do seu Executivo, se é que não começou já.

Que fica, pois, ao V Governo após o pacote Pintasilgo? Minado por divergências internas, sofrendo da hostilidade da Aliança Democrática e da inevitável oposição generalizada dos parceiros sociais, afrouxado o apoio partidário da «maioria de esquerda», o Governo Pintasilgo converte-se na última e exemplar aberração de um modo de vida político que os factos se encarregaram de demonstrar o irrealismo e de condenar. A Eanes, seu principal responsável, cabe determinar-lhe o futuro enquanto o povo português tem, ainda outra vez, a prova provada que a «maioria de esquerda» custa caro, muito caro...



... Fundação Cuidar o Futuro

Jacinto Nunes acha que «o tempo dirá a verdade»

Conhecidas as afirmações feitas pelo Executivo Lurdes Pintasilgo, salientando serem os aumentos de preços «uma das decisões que há muito tempo deviam ter sido tomadas» e atribuindo tais medidas a «herança» do IV Governo era importante ouvir um membro do Governo Mota Pinto.

Contactado por o dez de junho, o Prof. Jacinto Nunes, ex-ministro das Finanças e do Plano, inicialmente receptivo a dar-nos o seu parecer por escrito, rejeitaria delicadamente, alegando que o mesmo poderia ter implicações políticas, que não desejava, dizendo ao mes-

mo tempo não valer a pena comentar as afirmações proferidas «porque o tempo se encarregará de dizer a verdade».

Entretanto, o Prof. Jacinto Nunes, veria suspenso pelo actual ministro da Coordenação Económica, Correia Gago, o seu despacho que criava uma Comissão de Reavaliação do Complexo de Sines, que se encarregaria de reavaliar os projectos do GAS, não chegando por tal motivo a ser constituída, o que pode fazer ainda correr muita tinta.

O DIA 8 SETEMBRO 1979

Os herdeiros...

Somos os maiores herdeiros do mundo e talvez mesmo de todos os tempos. Nunca ninguém herdou tanto em tão pouco tempo. Primeiro, foi a «pesada herança», que serviu de mote a tantos oradores notáveis e de arrimo a tantos lumináres económicos que o «antigamente» não deixara vir à luz... Agora, é a «herança maldita», que nos foi legada pelo IV Governo. Dizem que os preços já há muito deviam ter sido aumentados. Assim, o anterior executivo, não tomando a decisão, andou a encher a «burra» de mais de oito milhões de «capitalistas e latifundiários» que terão agora de pagar a propina... Ninguém tem razão para se queixar. Os aumentos que aí estão são apenas um ridículo imposto de sucessão...

Correia Gago, ministro da Coordenação Económica, revelou também que o escudo se manterá em «desvalorização deslizando», que a inflação se situará nos 24 por cento (um autêntico milagre, se se concretizar, conforme frisam peritos económicos) e os preços do «cabaz de compras» não serão alterados.

O CULPADO FOI MOTA PINTO...

O ministro manifestou o empenhamento do Governo em continuar a tomar medidas para «encaminhar a retoma da actividade económica», as quais, ressalvou, não serão visíveis durante o consuledo de Lurdes Pintasilgo.

E mostrou-se convicto de que «não há razões para que permaneça a falta de confiança» no público e, essencialmente, nos investidores privados. Foi o que disse Correia Gago na RTP, altura em que referiu a sua esperança numa «maior flexibilidade» dos «homens sem rosto» do FMI, que brevemente virão avaliar a situação económica e financeira portuguesa.

Justificando o facto de Lurdes Pintasilgo ter já feito por sua vez o legado de uma «herança maldita» — traduzi-

da num grande e global aumento de preços — ao próximo Governo, Correia Gago lamentou que o Gabinete de Mota Pinto não tivesse procedido a agravamentos, o que terá criado um desajustamento difícil de colmatar sem causar um choque brutal aos consumidores. Não fora isso e o V Governo teria passado ainda mais nos aumentos por forma a que o equilíbrio perdurasse por mais de um ano. Assim, venceu Correia Gago, o Governo saído das eleições intercalares não poderá adiar por muitos dias o lançamento de novas subidas de preços.

Medidas que tardam

Quando o Presidente da República tornou conhecido o seu propósito de dissolver, em devido tempo, a Assembleia da República como passo para a realização de eleições intercalares, os partidos e forças do campo democrático manifestaram naturais apreensões pela situação criada no sector da Comunicação Social, durante o Governo Mota Pinto/PPD, pelo ministro Proença de Carvalho.

É hoje claro que esse governo da direita tinha, entre outras missões, a de montar um aparelho de propaganda destinado, não só, a servir os objectivos do seu programa de acção, mas também a funcionar em sintonia com as diferentes fases da estratégia golpista da reacção. Portavozes apologeticos e serviços da política repressiva e antipopular do sr. Mota Pinto, os órgãos controlados pelos homens...

O plano Proença sofreu, de momento, uma séria derrota. Tanto o Presidente da República como o Governo manifestaram, por mais de uma vez, a sua intenção de garantir isenção e o pluralismo autêntico dos órgãos de Comunicação Social estatizados durante os meses que nos separam das eleições. O Governo e o actual ministro da Comunicação Social mostraram-se dispostos a acatar as decisões já tomadas pela Assembleia da República, bem como os pareceres e directivas desses órgãos constitucionais que são os Conselhos de Informação. Apesar disso, as apreensões dos partidos e forças do campo democrático não perderam razão de ser. A mesma RDP e os mesmos jornais que ainda ontem nos tentavam fazer crer que a carestia provocada pela política de recuperação capitalista do Governo MP não passava de uma malévola invenção da famigerada esquerda, vertem já lágrimas pesadas pelas tremendas privações que a política económica, ainda desconhecida, do actual Governo irá lançar sobre a população. A mesma RDP e os mesmos jornais que ontem atribuíam as lutas legítimas dos trabalhadores em defesa dos seus direitos ameaçados a inconfessadas manipulações de agitadores profissionais — metendo nesse saco Sindicatos, Comissões de Trabalhadores e outras organizações de classe — glorificam hoje a greve selvagem e de efeitos criminosos decretada pelo grande patronato médico contra o Serviço Nacional de Saúde e incitam já outros sectores a seguirem-lhes o exemplo. O único aspecto que se mantém inalterável nesses órgãos de informação, além da mediocridade e da asneira, é o descarado favoritismo de que continuam a gozar os partidos da Aliança Reaccionária, mascarado, aqui e ali, pela «abertura» ao esquerdismo, aliás afinado na berraria contra o Governo e o Presidente da República.

A reposição da legalidade no sector da Comunicação Social não devia ser arrastada ao ponto de constituir um teste à capacidade de o Governo garantir o pluralismo e a isenção requeridos para o período eleitoral que se aproxima. As medidas que ela exige são de tal forma vitais para a defesa do regime democrático, que a relutância em tomá-las, pode acabar por legitimar apreensões quanto à garantia de que a Constituição será respeitada.

Não se trata de substituir o bando de Proença por um outro qualquer, disposto a cantar hossanas ao actual Governo ou a privilegiar este ou aquele partido. O que o Povo português exige é que regressem aos seus lugares os profissionais que ele se habituou a respeitar, em quem reconhece credibilidade e que, através das mais diversas iniciativas, demonstrou não esquecer. Só com eles, e sem o controlo censório e discricionário dos censores e mercenários admitidos à prensa nos últimos meses, será possível restituir a largas camadas da população a confiança nas instituições democráticas, e transmitir-lhes, de novo, através da Rádio, da Televisão e dos jornais, a aragem libertadora do 25 de Abril.

DIAS LOURENÇO EM ODIVELAS

Diário de Lisboa
3 de Setembro de 1979

"Tardam medidas de rectificação nos sectores da Comunicação Social e da Reforma Agrária"

«É urgente que o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo liquide definitivamente a herança de ilegalidades e prepotências do Governo Mota Pinto, a começar pelas medidas de rectificação que já tardam nos sectores da Comunicação Social e da Reforma Agrária», afirmou ontem Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, ao discursar em Odivelas num comício do seu partido.

Sobre as próximas eleições intercalares, Dias Lourenço exigiu do Governo medidas que lhes garantam a liberdade em todo o território nacional, sublinhando a situação existente nos Açores e na Madeira, caracterizada pela falta das liberdades fundamentais.

O dirigente comunista criticou depois o bloco monárquico-conservador, salientando que «o PPD e o CDS estão sem perspectivas, correndo, por isso, em direcção a Espanha em busca de vedetas que abrihantem a sua campanha eleitoral».

Na parte final do seu discurso, Dias Lourenço evocou o aspecto internacionalista da festa do «Avante!», considerando que ela «será um espelho da fisionomia humana e moral dos comunistas portugueses».

Anteriormente, o dirigente do PCP, depois de considerar «positivo», por parte do Governo, «o começo do diálogo com os trabalhadores», colocara, no entanto, reservas à prática do recurso a empréstimos que continua a ser seguida.

o diário

6 de Setembro de 1979

RDP ECO DO PPD

Nos últimos dias, a imprensa reaccionária anunciou, com toques sensacionalistas, uma entrevista do sr. Freitas do Amaral que seria publicada na edição de 4.ª feira do «Povo Livre», órgão central do PPD.

Mais. As folhas da Aliança Reaccionária trataram de criar espectat da reme Livre», uma es jornalista.

Ontem apareceu distri O matu reprod páginas lergos entrevi Amaral

Entretanto, é indecoroso que a RDP, logo no noticiário da manhã, tenha também, na sua chamada «página política», reproduzido passagens da entrevista do sr. Freitas do Amaral ao «Povo Livre». E insistiu às 13 horas.

Adiantou-se, portanto, a RDP, pelo menos 24 horas, ao próprio «Povo Livre» na transmissão das declarações do presidente do CDS. É, obviamente, um agendamento digno de quem vibra com a estratégia da Aliança Reaccionária. Como nota esclarecedora, o resumo chamava a atenção para os ataques do sr. Freitas do Amaral ao Presidente da República.

Pelo caminho que as coisas levam, a RDP, transformada em sucursal da Aliança, não tardará a receber por teletipo as cópias dos artigos e entrevistas preparados na operosa redacção do órgão central do PPD.

o diário

7 de Setembro de 1979

MOTA PINTO NA RDP

A RDP, imaginativa, todos os dias tem uma surpresa para os milhões de portugueses que escutam os seus noticiários. Ontem, o prato de fundo do Centro de Informação, no jornal das 13 horas, foi a palavra do sr. Mota Pinto. Neste fim de Verão não encontraram os senhores do bando de Proença assunto mais palpitante do que uma recolha de opiniões do antigo chefe nominal do Governo PPD-CDS. Lá se ouviu, vinda pelo telefone, soturna e altaneira, a voz do sr. Mota Pinto. Falou com segurança acaciana sobre o seu Governo, para repetir pela milésima vez que governo melhor, mais realista, mais amado pelo povo não conheceram até hoje os portugueses.

A RDP não tem, claro, consciência da indignação que iniciativas como essa suscitam. Os homens de Proença, que ali continuam a pôr e dispor, cumprem a sua tarefa. Dar a palavra ao sr. Mota Pinto é para eles oferecer apoio à campanha da Aliança Reaccionária.

Até quando continuará a RDP a funcionar como tromboe do PPD e do CDS e ninho de inimigos da democracia?

O V GOVERNO E A INFORMAÇÃO ESTATIZADA

ACCION
SOCIALISTA

30/10/77



ALBERTO ARONS DE CARVALHO

JORNAL DE NOTÍCIAS

Comunicação Social

HÁ EMPRESAS PÚBLICAS QUE TÊM À SUA FRENTE INIMIGOS DE MORTE

JOÃO GOMES

... a situação

A existência dos Conselhos de Informação corresponde, pois, à intenção de transferir o controlo da orientação da informação estatizada do Governo para órgãos com características e representatividades próximas das da Assembleia da República. Até agora, os passos dados nesse sentido são tímidos. As atribuições dos Conselhos de Informação para a Imprensa, RDP, RTP e ANOP não estão longe de um certo romantismo, dada a natureza não vinculativa das suas deliberações.

No entanto, entre a recente legislação aprovada na Assembleia da República, cuja promulgação se aguarda há já algum tempo, um diploma existe que confere a um Conselho de Informação mais atribuições. Trata-se do Estatuto da RDP, que prevê que aquele órgão eleja dois dos cinco membros do Conselho de Administração daquela empresa pública. Por outro lado, segundo o mesmo diploma, a posse do novo Conselho de Administração far-se-á perante o presidente do Conselho de Informação, o que traduz claramente o afastamento da RDP do controlo do Executivo. É, pois, desejável que no futuro — a próxima Assembleia não deixará certamente de o fazer — idênticas ou semelhantes medidas venham a ser tomadas para a RTP e Imprensa estatizada.

Neste quadro iniciou as suas funções o novo responsável governamental pela Comunicação Social. As suas palavras e as suas intenções públicas e repetidamente afirmadas pela eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo vinculam o Governo a uma série de medidas inadiáveis. O PS não poderia aceitar que as decisões da Assembleia da República (por exemplo as relacionadas com o Estatuto da RDP, e dos Conselhos de Informação, no que respeita ao voto formulado face à direcção de alguns jornais ou a continuação em funções de confessos adversários das empresas públicas nas administrações dessas empresas), não viessem ser aceites e aplicadas por este Governo.

... ve em que estivesse em causa o futuro operários e outros trabalhadores e aquela que se encontra no domínio da comunicação social. Os portugueses é mais do que concludente da mudança que se operaria na sociedade portuguesa se a direita lograsse foros de poder maioritário.

SILÊNCIO E CUMPLICIDADE

Estamos em transe de consolidar a nossa democracia, de reforçar o poder da Esquerda, de confirmar e reforçar os votos do PS. Foi, acima de tudo, no sector da comunicação social que o Governo Mota Pinto se mostrou um Executivo de triste e bem evidente mudança. Não que tenha resolvido um só problema de fundo (podendo admitir-se, quando muito, que se limitou a adiá-los, sob forma aparatosa e estridente) mas conseguiu, a golpe de mestre, criar um ambiente de medo, de tensão, de arbitrio, de prepotência. O ministro Proença de Carvalho pode ufanar-se de ser o governante que no sector público da comunicação social fez imperar a lei do «posso, quero e mando». Título bem triste para ele, estigma bem afrontoso para muitos que nesse campo exercem funções de responsabilidade. Foi assim que vimos alguns mais volúveis e mais brilhantes afinarem o diapasão do elogio, suarem as estopinhas a amontoar argumentos na defesa das teses Mota Pinto. Foi assim que vimos outros, mais tímidos e mais calculistas, outrora tão ciosos da sua independência, correram céleres a meter a viola no saco, na busca de melhores ventos. Mas afinal quem é que era independente, eles ou os Governos que lhes permitiam a mais total das liberdades?

Seja como for, a verdade é que o Governo Mota Pinto contou, obviamente, com o silêncio e a complicitade da imprensa de direita — e desse modo provou o cunho e a ausência da sua acção — e comportou-se de modo que garantiu a ausência de uma só crítica nos órgãos do sector público.

O mais grave, contudo, foi o sucedido na RDP, onde se procedeu à mais radical e escandalosa mudança. Mudança operada no sentido da deformação e manipulação dos serviços informativos para favorecer as posições e pontos de vista dos partidos da direita. E nesse afã não se olhou a

meios, não se atendeu a leis, desprezou-se para e simplesmente os valores da qualidade, do rigor, da tolerância. Aquilo a que assistimos na RDP foi a prova mais evidente da capacidade de direita em ousadia, deslante, ausência de escrúpulos, poder provocatório e acintosos quando lhe são facultadas posições de domínio.

Chegou-se ao despudor de colocar à frente do sector informativo de uma potência tão importante como a RDP alguém que na imprensa privada deu sobejas provas de facciosismo, intolerância, de aversão aos partidos de esquerda. Como será tal possível no Portugal democrático?

PROFETAS DA DESGRAÇA

Uma realidade há que não consente dúvidas: com a actual composição dos responsáveis dos meios de comunicação social estatizados não poderá haver eleições isentas e imparciais. Não cometemos a injustiça de colocar todos no mesmo pé. Consideramos ser diversa e ter graus de gravidade diferente a lista de personalidades que encabeçam os órgãos do sector público. O que pensamos é ser urgente a mudança de alguns que se têm mostrado mais impanes, profetas da desgraça, senhores todo-poderosos que de órgãos pertencentes ao Estado fizeram feudos dos seus interesses, e de interesses de terceiros, caixas de ressonância das suas ambições assolapadas.

É provável mesmo serem esses os responsáveis ou os animadores dessa central secreta cuja acção é notória e da qual dimana esse monolitismo e essa coloração inspiradores de uma boa parte dos nossos órgãos de comunicação do sector público, facto que só ele permite explicar a coincidência de manchetes, de certas notícias, o tom e o conteúdo tão semelhantes de determinados editoriais.

Mas os últimos oito meses vieram ainda pôr a descoberto uma outra situação já há muito presente: a de que existem pessoas com altas responsabilidades nas empresas públicas que são inimigos declarados das mesmas empresas públicas. Eles estão lá para se servirem e para servirem a causa da sua destruição. Trata-se de personagens que já fizeram demasiado mal e não podem merecer mais tempo de expectativa nem de complacência. É de esperar que o V Governo saiba lidar neste domínio com a energia e a determinação que a gravidade dos casos reclama.

Quero evidenciar o meu acordo com as palavras do Primeiro-Ministro ao declarar na Assembleia da República reconhecer à comunicação social o valor de sector importantíssimo para a consolidação da nossa democracia, assim como a disposição inequívoca do seu Governo de tomar decisões em tal domínio, imediatamente após a sua investidura por aquela Assembleia.

Quero também avançar o meu acordo com o conteúdo das dozanove linhas constantes do Programa do Governo consagradas à comunicação social. Se algum defeito lhe encontro é o de ser excessivamente ambicioso, considerando o horizonte temporal do Executivo Maria de Lurdes Pintasilgo.

E para que não subsistam mal-entendidos acerca da posição e do substancial da filosofia do PS relativamente ao sector da comunicação social, quero sublinhar não pretender o mesmo qualquer situação de privilégio, nem como partido, nem como parte da Esquerda que é. Penso que a informação produzida nos órgãos do sector público não deve favorecer a esquerda nem a direita. Deve ser objectiva, rigorosa, de qualidade. Deve respeitar os princípios da deontologia e contribuir, sem artificios, para o reforço e consolidação da Democracia, para o respeito da Constituição. Daí a minha satisfação ao referir as palavras do Programa em que se promete uma «análise sistemática das situações existentes nos órgãos da imprensa estatizada, da RDP e da RTP, com vista a assegurar condições de perfeita isenção e imparcialidade na acção desenvolvida por esses órgãos».

Fiquemos atentos ao cumprimento de tal promessa, a que se liga o sentido da honra e da integridade das pessoas que subscrevem o referido Programa.

(1) Este texto, com ligeiras adaptações, foi elaborado com vista a uma intervenção na Assembleia da República, a qual, por falta de tempo, não chegou a efectuar-se.

AMARO DA COSTA ACUSA O GOVERNO DE JÁ TER COMEÇADO O SANEAMENTO DO CDS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

... as mesmas diligências com respeito à compensação social dessas medidas. De qualquer forma, nós achamos que não tem sentido discutir aumentos de preços isoladamente. A lógica deste Governo é uma lógica proteccionista e conservadora em relação ao sector público da economia; é a lógica do artificialista que é também a lógica do PC. Quer os socialistas, quer os comunistas são partidos extremamente conservadores no que diz respeito ao papel e ao modo de gerir o sector público em Portugal. Aí que, tenha sido o dr. Mário Soares, em Maio passado, a reclamar esses aumentos de preços. Nessa lógica — na lógica de quem pensa o sentido proteccionista e conservador relativamente ao sector público da economia — é evidente que estes aumentos de preços podem ser feitos isoladamente e, se calhar, já deviam ter sido feitos, nessa lógica. Isso não quer dizer que nós o aceiteamos, porque nós não aceitamos essa lógica. Para nós, o aumento de preços, é apenas uma forma de remediar dificuldades de tesouraria e reequilibrar orçamentos de certas agências públicas, como o Fundo de Abastecimento. Nós não encontramos aí uma política. Há tempos que nós pronunciamos sobre sintomas, nós temos que nos pronunciar sobre a causa desse mal. E é à luz da causa da doença que nós podemos aplicar uma certa terapêutica que inclui certas medidas de austeridade que possam reduzir os aumentos de preço.

SAÍDA DOS ADMINISTRADORES CENTRISTAS DA R.T.P. E R.D.P.: «UM JEITO OBJECTIVO AO PC»

C.P. — Referiu ainda há pouco que o CDS tinha sido saneado da Comunicação Social pelo actual Governo. É assim que vê

as recentes medidas do Governo nesta sector?

A.C. — Nós consideramos que a atitude que o Governo acaba de tomar é uma atitude que confirma a proclividade PS-PC deste Governo na medida em que, singularmente, atingiu, de uma forma muito precisa, dois filiados

Entrevista conduzida por MANUEL ABRANCHES DE SOVERAL

do CDS que eram membros das comissões de gerência ou administrativa da Televisão e da Rádio. É um saneamento político. Os saneamentos políticos começaram, pois, na Comunicação Social, resta saber aonde vão parar. Era de prever que assim acontecesse, dadas as ameaças do primeiro-ministro logo no debate do Programa do Governo na Assembleia da República. O Governo não pode seguir razões de competência ou de incompetência, o Governo apenas terá, para justificar o seu acto, uma deliberada e desavergonhada intenção de ferir posições que eram legitimamente ocupadas por filiados do CDS nesses órgãos de Comunicação Social.

Tememos muito que isto seja o começo de uma escalada. Começam-se por se sanear as pessoas e depois sancionam-se os processos. E se os saneamentos das pessoas for consequente do saneamento dos processos, isso significará que teremos uma rádio e uma televisão deliberadamente hostis ao CDS e, portanto, também, por força das circunstâncias, a Aliança Democrática. Teremos uma rádio e uma televisão a servir os interesses, objectivos da maioria da esquerda, o que está na lógica deste Governo. Esta decisão foi tomada sem que o Governo tivesse sequer tido o cuidado de nos informar previamente (o CDS) do que ia fazer, sabendo-se que, nomeadamente, existe um administrador filiado no CDS, na RTP, desde os tempos do I Governo Constitucional. Não acredito que tivesse sido o PS a obrigar o Governo a fazer o que fez (embora o PS seja também beneficiário), pelo que tem de se concluir que este gesto é um gesto de jeito objectivo ao PC.

Fundação Cuidar o Futuro

5-9-1979

DIÁRIO DE NOTÍCIAS



Os silêncios da política

... com mais escrita ou falada, questões justas no molde uma «história», de vez a alimenta os títulos de sgota na sua própria in-

Seria fácil e falso pensar que aos jornalistas se devem assacar as únicas culpas neste processo de ocultação à escala nacional. Mal pagos, sem preparação técnica nem dignidade social reconhecida, inseridos em redacções onde vigora, à maneira queiroziana, o expediente do topa-a-tudo, não dispondo nem dos meios nem das condições psicológicas e profissionais para seguirem a corrente durante dias ou semanas, até encontrarem a fonte de uma boa notícia, os jornalistas portugueses estão apenas a colaborar num processo que envolve todos nós, a todos responsabiliza, a todos compromete o futuro, porque compromete a democracia.

António Mega Ferreira

Governar com ou sem o PS, com ou sem a Aliança, não é um crime de lesa-democracia. É-o, sim, o ignorar sistematicamente a opinião pública, mantê-la prisioneira das malhas do próprio silêncio, que em Portugal é hoje o tom dominante do discurso político, inevitavelmente identificado com um discurso de Poder.

Gostariamos que as «medidas» que o V Governo se propõe tomar no domínio da comunicação social não se reduzissem a uma meia dúzia de alterações nominais nos órgãos de gestão, e muito menos a uma série de normas, ainda que meramente indicativas, sobre como se deve informar em Portugal. Se assim acontecesse, seríamos tentados a dizer que se daria um passo para trás no plano da independência, único caminho para a formação de uma opinião pública participante, e um passo em frente na sinistra via que tende a institucionalizar a «democracia do facto consumado».

“Povo Livre” — Quem é para si, neste momento o inimigo principal em termos políticos: o Presidente da República, o Governo Pintasilgo, o PS ou o PCP?

Freitas de Amaral — Eu etendo que o inimigo principal é a maioria de esquerda. Maioria de esquerda representada pela sua projecção parlamentar através do PS e do PC, pela sua projecção governamental através do Governo Pintasilgo, pela sua projecção militar, através do Conselho da Revolução e respectiva chefia melo-antunista e pela sua projecção presidencial através do Presidente da República, que ultimamente também se colocou como instrumento dessa maioria de esquerda, julgo que o principal objectivo deve ser evitar que, na próxima Assembleia da República, depois das eleições, se mantenha a maioria PS/PC.

“P.L.” — Acha que a maioria de esquerda continua a ser o inimigo principal mesmo com o Parlamento fechado?

F.A. — Com o Parlamento fechado a maioria de esquerda perde a sua dimensão parlamentar mas conserva a dimensão militar, a dimensão presidencial e a dimensão governamental. Isto para já não falar da permanência da maioria de esquerda nos Conselhos de Informação.

“P.L.” — A Aliança Democrática tem insistido na necessidade de “... com a dissolução da República” ... matéria ...

... mas penso que ... sobrepõem os dois ... pesos dos partidos e ... competência das pessoas.

“P.L.” — Quanto à Presidência da República, é a favor dum candidato civil ou militar?

F.A. — Vou dar-lhe uma opinião pessoal, porque nos termos do Acordo é a Aliança Democrática que vai escolher o seu candidato. Pessoalmente acho que seria ideal que pudesse haver um candidato civil. No entanto, só quando a decisão for tomada é que se poderão apreciar as condições concretas.

“P.L.” — Há quem diga que um candidato militar daria maiores garantias de estabilidade pois teria maior autoridade sobre as Forças Armadas. Qual é sua opinião?

F.A. — Isso só seria assim se as Forças Armadas quisessem impor um candidato militar e não estivessem dispostas a aceitar, na sua pureza, as regras do jogo democrático e dos seus fundamentos. Tudo me leva a crer que as Forças Armadas estão dispostas a aceitar as regras normais duma democracia pluralista. Não posso aceitar que as Forças Armadas se indisciplinariam perante um candidato civil. Pode haver, no entanto e a título excepcional, razões que aconselhem um presidente militar.

(EXTRACTOS)

... mas também a vida do país

“P.L.” — Falou há pouco da estratégia de adiamento do Presidente da República. Como analisa a actuação recente do general Eanes, designadamente as visitas semanais que vem fazendo a romarias, feiras e mercados?

F.A. — O Presidente da República prossegue uma estratégia de presidencialização do regime que passa por várias actuações: pelo não favorecimento de entendimen-



tos entre partidos e portanto pela promoção, progressivamente mais acentuada, de governos de iniciativa presidencial; pela tentativa de desvalorizar as próximas eleições, atrasando a sua realização para o pior período e favorecendo a abstenção; pela hostilização da Aliança Democrática, que é a força política com mais probabilidades de ganhar as eleições; e por procurar assegurar a continuidade do Pintasilgo sobrevida para além das próximas eleições, enquanto tenta fazer uma campanha eleitoral a distância de um ano, através de constantes visitas às feiras e mercados.

Como cidadão não apreciada que o Presidente da República dê prioridade às suas visitas às feiras e mercados, em vez de o dar aos centros de produção e riqueza, que são as empresas, agrícolas e industriais, quando é da produção que deve resultar a solução da crise. Têm sido esquecidas as zonas devastadas pelos fogos, que constituem uma verdadeira calamidade nacional, em relação à qual nem o Presidente da República nem o Governo têm mostrado qualquer capacidade de resposta.

Quero salientar que um dos pontos de estratégia presidencial — que era a de atrasar o mais possível as eleições — foi eficazmente contido através da posição firme que a Aliança Democrática tomou contra o memorando de Costa Brás, posição essa que acabou por ser secundada pelos restantes partidos, dada a sua evidente correcção, o que obrigou o Governo a engolir a sua pretensão de mais um pretexto para um novo adiamento.

“P.L.” — Acha que o anúncio pelo PR na Régua de um possível referendo, apesar

das posteriores rectificações de Belém, faz parte dessa “campanha a um ano de distância”?

F.A. — Há boas probabilidades de o Presidente da República vir, em dado momento, a tomar como sua a iniciativa do referendo. Mas para ele é importante que o referendo seja de sua iniciativa, com conteúdo e em momento que ele escolher, e não resulte de adesão a proposta alheia, uma vez que uma das suas preocupações é não dar razão a ninguém e ser ele, sempre, a única pessoa que pode ter razão. Seja como for, o certo é que a ideia e a proposta de um referendo institucional tem direitos de autor que pertencem politicamente aos partidos da Aliança Democrática e aos Reformadores.

“P.L.” — Os eleitores, quando votam, não escolhem apenas partidos, escolhem personalidades. Na sua opinião, quem deverá ser o Primeiro-Ministro do Governo da Aliança Democrática, se esta ganhar as eleições?

F.A. — Penso que o problema depende essencialmente da forma de apresentação da Aliança Democrática com as suas listas. Se fossem apresentadas listas conjuntas, elas teriam de ser formadas com posições relativas dos vários partidos pré-fixadas, provavelmente na base das percentagens eleitorais de 76, e portanto aí era difícil que a Aliança Democrática se apresentasse com um candidato a Primeiro-Ministro oficialmente designado por ela. Da apresentação de listas conjuntas, tendo por base os resultados de 76, resultaria que a Aliança Democrática devia propor, como candidato a Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro.

Com listas separadas parece necessário aguardar pelos resultados das eleições. Tudo indica que o Primeiro-Ministro da Aliança Democrática será o líder do partido mais votado.

“P.L.” — Para além da figura do Primeiro-Ministro, que pensa a Aliança Democrática fazer relativamente a toda a estrutura e composição do Governo? Os futuros ministros serão escolhidos com base na popularidade, face aos resultados eleitorais, ou sobretudo segundo critérios de competência?

F.A. — O Conselho Coordenador da Aliança Democrática, numa das suas últimas reuniões, encarregou-me a mim, pessoalmente, atendendo sobretudo à minha especialização profissional, problemas de especialização profissional, problemas do Estado

... nais — ... sma que se ... omias socialis- ... urepeu. ... vai o nosso País e os agueses se este esquema estrutural não vier a ser rápida e profundamente alterado, num sentido mais europeu e ocidental.

“P.L.” — Falou de “um sentido mais europeu e ocidental”. Consta no entanto que alguns ministros do Governo Pintasilgo teriam manifestado em recente Conselho de Ministros uma posição de grande hostilidade face à integração de Portugal na CEE... Pena que é essa a linha predominante do Programa de política externa do Governo?

F.A. — O Programa do V Governo em matéria de política externa é altamente negativo, contrário aos interesses superiores do nosso País e só compreensível na medida em que traduz uma crescente “melo-antunização” da política externa portuguesa, tal como vem sendo conduzida pelo Presidente da República nos últimos meses (a partir dos governos de iniciativa presidencial), sob a influência directa, embora oculta, do próprio Melo Antunes e agora com a conivência do novo primeiro-ministro. Julgo que esta orientação esquizofrénica e quase não-alinhada, ao menos potencialmente, da política externa portuguesa terá estado na base do visível atrito que opôs o IV Governo Constitucional ao Presidente da República, na última fase do exercício daquele.

Considero que esta orientação é gravemente lesiva dos interesses nacionais e que Portugal só tem a perder na Europa e no resto do Mundo se se apresentar perante os restantes países com uma política externa equívoca, ambígua e oscilante. Portugal é e deve ser cada vez mais um país intrinsecamente europeu e só nessa qualidade lhe será possível, com dignidade e com vantagens para si e para terceiros desenvolver as suas particulares aptidões em diversas zonas fora da Europa, com as quais pode e deve ter uma especial capacidade de diálogo. Mas quer na América Latina, quer na África, quer noutras partes do Mundo, essa especial capacidade de diálogo do nosso país não pode assentar em equívocos e só será frutuosa se Portugal se deixar de pretensões de não-alinhamento ou de semi-alinhamento, ou de terceiro-mundismo, e se apresentar claramente como país europeu, defensor dos valores e interesses ocidentais, onde quer que esteja presente.





Freitas do Amaral candidato a Presidência da República?

Na pacatez do fim-de-semana político que parecia apenas destinado a ser quebrado pelo ruído das "cassettes" rotineiras montadas no Alto da Ajuda pelos adeptos das "mais amplas liberdades", a verdadeira novidade veio de Serdim, Vila Nova de Gaia, pela voz de Adelino Amaro da Costa. Num comício do seu partido, o n.º 2 do CDS afirmou que o prof. Freitas do Amaral "ainda haveria de vir a ocupar o cargo de mais alto magistrado da Nação".

Fra os observadores mais atentos, esta declaração de Amaro da Costa levanta mais uma ponta do véu da estratégia da Aliança Democrática quanto ao futuro de Portugal. Em entrevista ao "Povo Livre" da semana passada, Freitas do Amaral, ao indagar como futuro primeiro-ministro da A.D., o líder do partido mais votado, deixava subentender, obviamente, que tal

cargo, depois das eleições, poderia vir a ser ocupado por Francisco Sá Carneiro. Agora, com a afirmação categorica de Amaro da Costa, parece abrir-se a outra aba do duplo que encerra os pontos essenciais da estratégia da Aliança não só para as eleições legislativas (setecapadas e de 1980), como para as presidenciais de 81.

A confirmar-se a intenção de candidatura, a Belém, de Freitas do Amaral, no quadro da Aliança, parece ficar resolvida a questão de se encontrar um civil com suficiente prestígio capaz evitar que o próximo Presidente da República seja um militar, pondo-se fim a uma confusão de poderes que a actual Constituição consagrou e que tem servido, afinal, de correia de transmissão das forças não-democráticas.

Esta afirmação dá mais alta importância no actual contexto político, vem reforçar a opinião de determinados observadores, segundo os quais a Aliança Democrática se encontra estruturalmente empenhada em alcançar uma maioria absoluta para os actos electorais que se avizinham. Também a recente entrevista do prof. Freitas do Amaral ao "Povo Livre", semanário oficial do PSD, na qual deixou transparecer a indicação de Sá Carneiro para primeiro-ministro e onde defendeu uma candidatura civil para Belém — na perspectiva do perfil já definido pela Aliança Democrática — vem reforçar a tese de que os partidos componentes da Aliança se encontram convictos de que as eleições que se avizinham são decisivas para a consolidação da democracia e para a adopção de uma linha definitiva quanto ao rumo a tomar na politica externa e económica.

Apenas lapso do n.º 2 do CDS?

FREITAS DO AMARAL DECIDIU NÃO SER CANDIDATO A BELÉM

O prof. Diogo Freitas do Amaral não será candidato a Belém. De facto, o próprio líder do CDS que se encontra em férias, em Guimarães, teve a gentileza de nos telefonar no sentido de clarificar a situação. Disse-nos o prof. Freitas do Amaral:

«Em relação à notícia publicada na edição de domingo do «Jornal de Notícias», sobre a minha eventual candidatura à Presidência da República, desejo declarar, desde já, categoricamente e para que não subsistam quaisquer dúvidas em ninguém, que essa hipótese está por decisão pessoal, totalmente excluída».

Admitiu, contudo, em diálogo conosco, que o assunto fora já ventilado mas que, «por decisão pessoal», o prof. Freitas do Amaral renunciara a tal perspectiva. No entanto, compreendia e aceitava o raciocínio do jornalista perante a afirmação do eng.º Amaro da Costa. Integrada num contexto de outras bem recentes, que permitiam tirar conclusões que, embora na forma interrogativa, noticiámos na nossa última edição. Resta-nos a convicção de que o raciocínio estava correcto e a certeza de que a «classe política» joga um jogo nem sempre claro — o que permite diversas interpretações e as mais contraditórias propostas... De facto, tratou-se de um «lapsus» do eng.º Amaro da Costa. Ou de algo mais?

Freitas do Amaral não se candidata ainda a Belém

Um dirigente do CDS, por nós contactado, informou-nos hoje que não está nos planos da Aliança Democrática a candidatura do Prof. Freitas do Amaral às próximas eleições presidenciais.

Ficou assim desfeita a dúvida que Amaro da Costa havia provocado durante o fim-de-semana, ao afirmar num comício, nos arredores do Porto, que Freitas do Amaral «ainda há-de ocupar o cargo de mais alto magistrado da Nação».

Com efeito, esta afirmação pareceu a muitos observadores o anúncio velado, por parte da Aliança Democrática, da candidatura de Freitas do Amaral às próximas eleições presidenciais.

Jornal novo, 10.9.79

No entanto, a fonte por nós contactada explicou-nos que Amaro da Costa apenas tinha afirmado que, no seu percurso político, o Presidente do CDS há-de chegar à Presidência da República, não querendo com isto significar que esse facto se venha a dar já no próximo acto eleitoral para aquele cargo.

O dirigente centrista disse-nos também que Freitas do Amaral reúne todas as características, na óptica da Aliança Democrática, para se candidatar, e «seria mesmo o candidato ideal», mas, segundo o mesmo dirigente, é cedo para que tal venha a acontecer, pois, para além de ainda não haver condições na sociedade portuguesa para que a sua candidatura se verifique, Freitas do Amaral «tem outras missões importantes a cumprir antes dessa».

Entretanto, e confirmando em absoluto as palavras do dirigente do CDS com quem falámos, o próprio Freitas do Amaral desmente a um mafutino do Porto, a hipótese da sua eventual candidatura à Presidência da República que «está, por decisão pessoal, totalmente excluída».

CAP dá duas semanas ao Governo Pintassilgo

Ou cumpre todos os despachos de entrega de reservas já aprovados pelo IV Governo e cujo prazo legal já expirou ou declara publicamente a sua anulação ou a incapacidade do MAP, dada a sua obediência aos comunistas

(Pág. 11)

A cidade de Portalegre foi o terreno escolhido pela CAP para dirigir um verdadeiro "ultimato" ao Governo de Lúdas Pintassilgo, caso o actual Executivo não dê cumprimento a uma moção ali aprovada, por aclamação, no passado domingo, e na qual a CAP, confederação representativa dos agricultores independentes, pelo menos em três linhas faz "ponto de honra" em que sejam tomadas medidas públicas e concretas. Em sessão plenária realizada na Cooper, onde se reuniram centenas de agricultores do distrito de Portalegre e a que presidiu José Manuel Casqueiro, secretário-geral da Confederação dos Agricultores Portugueses, a moção aprovada diz, fundamentalmente, que se até ao dia 24 do corrente o actual MAP, chefiado por Joaquim Lourenço, não der cumprimento a todos os despachos de entregas de reservas já aprovados pelo IV Governo e cujo prazo legal já expirou, ou a declaração pública da sua anulação ou da incapacidade do MAP, dada a sua obediência aos comunistas, e que caso o Governo não institucionalize de imediato um "subsídio de gestão" como forma de apoio à agricultura portuguesa, os agricultores, nomeadamente os de Portalegre, procederão à concentração e paralisação dos seus tractores nas estradas de Portugal, em locais e datas a designar pela direcção da CAP e suas associações.

• Agricultores ameaçam com concentração e paralisação de tractores nas estradas de Portugal

11 de Setembro de 1979

o diário

Fundação Cuidar o Futuro

ACÇÕES ILEGAIS CONTRA REFORMA AGRÁRIA

O desencadear de acções, por parte dos Serviços de Gestão Fundiária, em Évora e Beja, para dar cumprimento a despachos do governo Mota Pinto relativos à concessão de reservas, motivou o veemente protesto dos trabalhadores da Reforma Agrária desses distritos, feitos através das suas organizações de classe, que emitiram imediatamente comunicados exigindo a anulação dos despachos ilegais do Ministério Vaz Portugal e o cumprimento das promessas de «apaziguamento social».

responsáveis pela repressão aproveitam estes períodos mais críticos para lançarem

os seus ataques e, no dia seguinte, virem acusar esses mesmos trabalhadores de

que não querem trabalhar, de que não querem produzir».

em 11.9.79 |

MAP só entrega terras com autorização do PC

— afirma José Manuel Casqueiro

«Estamos no fim de contas perante uma situação análoga à que assistimos aquando do II Governo Constitucional, sendo então ministro da Agricultura Luís Salas.

Existe um acordo tácito entre o Governo e o PC, e só com a autorização que este lhe conferiu o MAP começou a dar execução a algumas entregas de terras, e que já estavam aprovadas pelo anterior Executivo» — afirmou ao «Correio da Manhã» o secretário-geral da CAP, José Manuel Casqueiro, a propósito das posições tomadas pela Associação dos Agricultores de Portalegre.



O EQUÍVOCO

Por ANTÓNIO RAMOS

Os líderes políticos andam muito preocupados com a eventualidade de, por obra e graça do «poder», verem de repente surgir na constelação partidária uma nova formação política.

Apesar de todo o triunfalismo que manifestam face às perspectivas dos resultados das próximas eleições intercalares, tal eventualidade — vê-se bem — não lhes agrada e, segundo afirmam, não é pelo medo da concorrência, nem pelos votos que lhes possa roubar, mas, tão-só, porque esse hipotético partido, a criar-se, nasceria sob o signo do «poder» e com base em elementos que hoje ou ontem participaram nos chamados «Governos do Presidente».

Mas, como se pretende confundir a opinião pública e escamotear ainda mais os factos, nem isto se diz abertamente, agradando-se o eleitorado com a denúncia desse «feito pecado» que é constituir um partido a partir do Poder e não um partido para conquistar o poder.

Tudo isto não mereceria mais do que um arquear de sobranceiras se não se desse o caso de uma mentira, por tão exaustivamente repetida, vir a tomar semelhanças com a realidade e poder eventualmente ser aceite como uma verdade pelos próprios que a propagandeariam tão regular e insistentemente.

ACCÃO
SOCIALISTA

6 SET.

... encias
... tuturo dos
... quem, perante o
... umirá a responsabili-
... do proleamento do país
... negócios, sucessivamente
... adiadas pelo menos desde
... Março do ano em curso?

Há ainda o problema até agora não muito referido da viagem oficial do Presidente da República a França, anunciada para começos de Outubro. Não seria politicamente conveniente que a Assembleia formalmente a autorizasse, antes de dissolvida? E se a viagem vier a ter lugar — como parece — depois da Assembleia da República ter sido dissolvida, quem ficará então a substituir o Presidente da República durante a sua ausência? O Presidente de uma Assembleia dissolvida ou um membro do Conselho da Revolução e, nessa hipótese, qual?

Estas dificuldades constitucionais, além de outras, bem mais pesadas para o País, que facilmente se imaginam, e que repetidamente temos referido, resultam do imbróglio criado com o anúncio da dissolução da Assembleia a prazo lento, decisão de uma insensatez política, que está hoje à vista de toda a gente e que veio sem remédio avolumar a instabilidade em que temos vivido desde o aparecimento dos chamados governos de iniciativa e responsabilidade presidencial.

De momento estamos perante o problema sério da quase simultaneidade das eleições intercalares e autárquicas, cujas datas ainda incertas se situam provavelmente, algures entre começos de Dezembro de 1979 e meados de Janeiro de 1980.

Acontece que a vocação dos partidos, tal como funcionam na maioria dos países ocidentais, é mesmo conquistar e deter o poder. A oposição é sempre encarada como uma situação transitória, no decorrer da qual se reúnem forças, tecem intrigas e se prepara uma nova arremetida a caminho do poder.

As outras tarefas, como o despertar o gosto dos cidadãos pelas actividades do dia-a-dia político, assegurar-lhes a participação activa nos diversos aspectos da vida social, política e económica de um país, que deviam ser prioritárias e dalem os chamados «partidos de massas», como arrogantemente os nossos e auto-intitulam, foram relegadas para um plano mais do que secundário, e praticamente ninguém, de entre os principais líderes partidários, se preocupa com elas (excepção feita ao P.C., que nestes como noutras coisas demonstra grande maturidade), preferindo o imediatismo do voto da pequena manobra política (ou mesmo da grande), mas não encaram a construção do fontanário, a instalação de um intanário, a abertura de uma estrada, a reparação de uma ponte, como actos indispensáveis à sociedade e que, ainda por cima, asseguram votos inesperados.

Dai o tremendo equívoco. A falta de maturidade, a incapacidade para responderem às necessidades dos cidadãos e aos desafios que as populações lhes fazem.

Dai o receio pela formação de mais um partido que venha a alterar o equilíbrio podre do panorama partidário nacional, em especial porque, a constituir-se, integraria gente experimentada pelas mais recentes tarefas governativas, durante as quais demonstraram que o voto não se conquista pela demagogia de uma campanha eleitoral mas através do trabalho duro e eficaz.

Curiosamente, dos partidos que hoje se rebelam contra a formação de uma nova organização política, aqueles que mais se encarnicam contra ela e temem que a mesma se constitua «a partir do poder» esquecem deliberadamente a história da sua própria formação, nascimento e arranque, a qual resultou exactamente do «poder» que então exerciam os seus principais líderes. E nem sequer fizeram esforço para se demarcar do M.F.A., que, com o Partido Comunista constituía as reais forças políticas do País naquela data. Referimo-nos exactamente ao Partido Socialista e ao Partido Social-Democrata, cujas colagens ao M.F.A., em 1974 e 1975, chegaram a atingir loros de ridículo. Abrimos excepção para o partido de Freitas do Amaral, cuja coerência só viria a ser falseada aquando do 2.º Governo Constitucional.

Quanto ao Partido Comunista, obviamente, não carece de quaisquer comentários neste aspecto, porquanto o poder, para ele, não foi uma muleta mas uma consequência da desorganização dos outros, da inconsistência cultural e política dos líderes mais na moda do M.F.A. e da rigidez das suas próprias estruturas, testadas e treinadas para o efeito durante os consulados de Salazar e de Caetano. A sua maturidade e coerência está à vista na forma como apesar de tudo conservam o poder então capturado.

Os líderes socialistas e social-democratas, conforme se demonstra, não perdem qualquer oportunidade para manifestar a sua incoerência. Uns votaram uma Constituição com a qual não concordam, apelando para um referendo que amanhã, se não triunfarem as suas teses, contestarão à luz da mesma Lei Fundamental que hoje desejam abolir, outros protestam contra a formação de partidos «a partir do poder» quando os seus próprios assim foram constituídos.

Se não fosse o tédio que todos estes acontecimentos causam ao leitor comum, estas e outras originais concepções da política seriam suficientes para lançar o cidadão eleito na maior das preplexidades. A capacidade de discernimento do homem comum é permanentemente posta em causa por uns quantos «iluminados», convencidos de que são detentores de mais absoluta das verdades.

Este tipo de actuação, em nome da Democracia, obtém, apenas, efeitos contrários.

É tempo de falar menos em Democracia e liberdade e actuar mais de acordo com esses conceitos.

As eleições intercalares que se avizinham podem frustrar definitivamente os portugueses, e o risco avoluma-se à medida que os chamados líderes dos partidos democráticos transferem os seus humores, interesses pessoais e mesquinhas ambições para a campanha agora iniciada.

por MARIO SOARES

«IMBRÓGLIO»

POLÍTICO-CONSTITUCIONAL



QUEM QUER FAZER DA IGREJA UM INSTRUMENTO DE POLÍTICA?

Por JOÃO PAULO GUERRA

Da Secção de Informação e Propaganda da Direcção da Organização Regional do Porto do Partido Comunista Português

Para um observador desprevenido que tenha ainda na memória a imagem do dr. Sá Carneiro a ajudar angelicamente à missa na ilha da Madeira, não podem deixar de causar surpresa as críticas recentes que o chefe do PPD dirigiu à Igreja a propósito do que considerou como «indefinição da hierarquia católica face ao actual Governo». Para o observador desprevenido, as duas coisas aparentemente não ligam.

Clero que nisto de atitudes e palavras, vindas da Direita, há que lhes dar sempre o devido desconto e ter bem presente em que contexto e circunstâncias foram assumidas ou proferidas. Podem querer significar precisamente o contrário e, com frequência, é isso que se passa. Mas, entre duas atitudes, tão contraditórias, qual afinal a que prevalece, qual a que define a posição do dr. Sá Carneiro face à Igreja? Será que Sá Carneiro só ajuda à missa se a missa o ajudar a ele?

Vejamos.

No Funchal, no âmbito de uma campanha eleitoral prévia e cuidadosamente planificada, Sá Carneiro veste a opa de sacristão e, mais do que ajudar à missa, põe para os fotografos previamente convocados e para as fotografias que a imprensa manipulada há-de publicar em profusão. Em S. Bento, no calor da luta política, exasperado pela solução constitucional encontrada para a crise e pela substituição do governo Mota Pinto, de cabeça perdida, Sá Carneiro atira-se à Igreja. A atitude calculada e calculista assumida no Funchal, Sá Carneiro opõe em S. Bento a atitude que os seus sentimentos lhe ditam. Aqui sem planificação, abrindo a boca e deixando falar a consciência.

Perante isto, natural é que o observador passe ao estatuto do homem prevenido. Perante isto e não só.

É do domínio público a aparente devoção com que o eng.º Amaro da Costa procura tratar as coisas da fé. E também que o seu partido procura afirmar-se na consciência dos portugueses como personalista e cristão. Mas eis senão quando

vem Amaro da Costa na Assembleia da República, consultadas as estatísticas e verificado que não são de desprezar, em termos eleitorais, outras opções religiosas do povo português, afirmar que no CDS há também muitos protestantes e judeus e que em matéria de fé não guardam exclusivo...

Quer tudo isto dizer que a Direita serve-se da religião conforme as suas conveniências e não hesita sequer, tal é o sentido da declaração de Sá Carneiro em S. Bento, em procurar fazer da Igreja um instrumento de política.

Mas, afinal, e voltando ao princípio, Sá Carneiro é o sacristão do Funchal, o protestante de S. Bento ou, simplesmente o vendilhão da porta do templo?

30 de Agosto de 1979

o diário

Agora, entretanto, reina a satisfação nas fileiras da Aliança Reaccionária. O arcebispo primaz de Braga pronunciou no Sameiro, durante a peregrinação anual, uma homília de carácter acentuadamente político. Numa zona do País onde o PPD e o CDS temem, particularmente, a abstenção, certos de que ela os desfavorece, o prelado bracarense, dirigindo-se ao povo da sua arquidiocese, afirmou que «é melhor faltar à missa para ir votar do que deixar de votar para ir à missa». Apontando a abstenção como falta grave, parece ter esquecido o próprio sentido da sua advertência de que «Deus não é político, não tem política e não está inscrito em nenhum partido político».

A homília suscitou natural surpresa. Não falta, em Braga, quem lamente a paixão com que um membro da alta hierarquia da Igreja tenha abordado um problema tão alheio à sua missão espiritual, ao intervir no terreno das lutas eleitorais. É verdade que os bispos são também cidadãos e ninguém lhes contesta, em Portugal, o direito a terem as suas opções no tocante aos grandes problemas nacionais. Nem por isso deixa de ser surpreendente que um bispo aproveite uma grande peregrinação ao Sameiro para condenar em homília a abstenção, apresentando-a como atitude quase criminosa.

O problema de votar ou não votar e a escolha a fazer nas urnas é do foro íntimo de cada cidadão. Contudo, muito embora a abertura da campanha eleitoral esteja longe, o antístite titular de Braga já principiou a sugerir o voto na direita e a formular críticas contra as forças progressistas. Tal atitude, pelo alento que dá a tendências extremistas que encontram eco em certa imprensa paroquial, somente pode contribuir para perturbar a paz social na área da arquidiocese.

Parece oportuno lembrar, também, que entre os bispos portugueses não existe consenso quanto a muitas das questões abordadas no Sameiro. Pelas próprias afirmações vindas a público, conclui-se que há várias posições entre eles, o que é naturalíssimo, no tocante à problemática político-social e às soluções a encontrar com vista à construção do futuro de Portugal. Não existe uma linha da hierarquia católica relativamente ao tema da abstenção, tal como não há uma opção partidária ou uma atitude uniforme perante o Governo.

Poderia estranhar-se, igualmente, a crítica do arcebispo de Braga a católicos com tendência para a abstenção quando, até hoje, não teve uma palavra sobre o comportamento social do sr. Sá Carneiro (que deve milhares de contos à banca do povo) ou para a acção de terroristas como Ramiro Moreira, para já não falar do sr. Kaulza de Arriaga, responsável por crimes contra a Humanidade.

Os católicos são cidadãos cuja posição diante dos grandes problemas portugueses não decorre da religião, mas sim dos interesses da classe a que pertencem. Nas batalhas da Revolução portuguesa, milhares de cristãos têm participado activamente no movimento de massas, no movimento sindical e operário. Votam de acordo com os seus interesses fundamentais. Ninguém desconhece que há católicos socialistas e comunistas. A religião — como o próprio antístite bracarense contraditoriamente reconhece — não é um partido político.

Em Portugal não há um problema religioso. Esquecer essa realidade é agitar fantasmas.

Fundação Cuidar o Futuro

Em Portugal não existe
problema religioso



Uma questão social

Um depoimento destinado a reflexão alargada, sem paixão nem preconceitos, sobre essa polémica questão social que é o aborto acaba de ser editado pelo grupo Cristãos em Reflexão Permanente.

Advertindo o leitor contra o perigo, aliás já verificado em certos sectores e em certos escritos, da radicalização de posições e da exacerbação de ideias pré-concebidas, o depoimento do CERP analisa, com lucidez e serenidade, as premissas históricas, sociológicas, legislativas, doutrinárias e teológicas do problema, sem esquecer a importância determinante que assume, neste contexto, a evolução da Fisiologia ou, mais exactamente, da Embriologia.

Mas o CERP não se fica pela teorização. Agarra a realidade socioeconómica em que vivemos hoje, nesta cidade, neste País, e formula perguntas de pertinência irrespondível, nomeadamente em relação às dramáticas carências dos serviços médico-sociais, às clássicas listas de espera para consultas, ao congestionamento dos hospitais dos grandes centros urbanos. Reclamar o funcionamento de mais um serviço — o de interrupção de gravidez — com toda a carga de urgência que ele indiscutivelmente implica, não será, por si só e fora de quaisquer outras razões, uma utopia?

Por outro lado, a despenalização do aborto, afirma, «não sujeita ninguém à prática do aborto. Apenas a permite. Os que discordam, ficam inteiramente livres de o condenar no plano das ideias — entenda-se, e por maioria de razão, de não o adoptar.» E sobre esta situação linear, a reflexão do CERP conclui exemplarmente: «No plano da cidadania, vigiar a moralidade alheia é sempre suspeito e o curso da história, antiga e recente, mostra-nos que o seu desenvolvimento tem como corolário as ditaduras. Não as desejamos, sinceramente, nem mesmo para salvar o aborto.»

Convirá aqui recordar a palavra de João XXIII em «Mater et Magister»: «A transmissão da vida humana está confiada pela natureza a um *acto pessoal e consciente*, e como tal submetido às leis muito sábias de Deus, leis invioláveis e imutáveis, que todos têm obrigação de reconhecer e acatar.» Quantas vezes, porém (nas violações, nos incestos, nas relações entre débeis mentais), é esse acto criador, na verdade, um *acto pessoal e consciente*?

Esta polémica e pungente questão social que é o aborto merece que todos nós, por nossa vez, nos debruçemos sobre este documento do CERP, por mais provisório que ele seja. E convém que todos nós, também, tenhamos presente que o planeamento familiar permanece a única profilaxia eficaz contra o aborto.

Helenia Marques

o diário

4 de Setembro de 1979

O bispo auxiliar de Braga, D. Manuel Ferreira Cabral, durante uma homilia no passado dia 26 de Agosto, talvez com o peso da consciência dos compromissos inconfessados que repugnam aos católicos inteligentes, caiu em contradição perante centenas de católicos, entre os quais muitos analfabetos, mas não tão ignorantes como o sr. D. Manuel possa crer.

O orador do Sameiro começou por afirmar que «Deus não tem política, Deus não é político», para acrescentar depois que «é melhor falar à missa para ir votar do que deixar de votar para ir à missa. O voto é obrigatório de consciência. Terminou a homilia afirmando: «que ninguém se abstenha de votar para que não aconteça termos de ver passar a urna da Pátria a caminho de um cemitério em qualquer paraíso vermelho.»

A «consciência» do voto obrigatório será a mesma de

Interditos

Quatro bispos nos deram recentemente provas de que, afinal, nem toda a Igreja Católica portuguesa estará perdida para dar testemunho sério do verdadeiro evangelho do Cristo de Nazaré. Por poucos que sejam esses discípulos dignos do Mestre, que ao menos haja quem os escute e siga as suas palavras, que são palavras de fé, de coragem e de verdade, bem distintas das pregações ambíguas ou dos silêncios cúmplices que germinam, daninhos, por debaixo de solidéus e mitras que acobertam alguns dos nossos vendilhões do Templo e da Pátria.

Em Braga, no Sameiro, D. Manuel Ferreira Cabral, Bispo Auxiliar da respectiva arquidiocese, teve o evangélico desasombro de proclamar esta verdade nua e crua de que «é melhor falar à Missa para ir votar, do que deixar de votar para ir à Missa», exortando todos os portugueses em geral e os católicos em particular a não se absterem no próximo acto eleitoral, «para não acontecer termos de ver passar a urna da Pátria, a caminho dum cemitério, em qualquer paraíso vermelho.»

Em Fátima, numa recente peregrinação de angolanos e amigos de Angola, dois ex-prelados da Igreja portuguesa naquela ex-colónia e um outro que ainda lá permanece como tal deram insofismável testemunho do martírio daquele povo irmão, que nós abandonámos às garras diabólicas do MPLA e dos cubanos invasores. D. Moisés Alves de Pinho, arcebispo resignatário de Luanda, orou assim: «Que Deus assista àqueles irmãos da nossa Fé, que tanto sofrem, na vida que levam em Angola». Por sua vez, D. Manuel António Pires, bispo resignatário do Bié, já muito citado na imprensa (inclusive no nosso jornal e nesta secção), depois que regressou, agora, de Angola, confessou aos peregrinos: «Gostaria de trazer pombas para todos, mas a situação e a vida deteriora-se cada dia e cada vez mais (...) Se o regime marxista de Luanda deixasse de existir, no dia seguinte haveria paz.» D. Francisco da Mata Mourisca, ainda bispo em Camora, profereu, entretanto, palavras não menos significativas, como estas: «Os cristãos de Angola estão a viver uma hora de heroísmo digna dos três primeiros séculos do Cristianismo. Na generalidade, as igrejas estão cada vez mais cheias, apesar do combate ideológico contra a Fé, contra a Religião e contra a Igreja.» E D. Francisco da Mata Mourisca diria, ainda, noutro passo do seu empolgante sermão: «Uma coisa difícil é ser cristão, outra é ser português. O Cristianismo não é para cobardes.» Que os portugueses, especialmente os cristãos, ouçam isto e o ponham em prática, sem complexos nem temores e sem mais que dó ou piedade dos cobardes.

P. S. — A propósito, tenho, hoje, de acrescentar mais alguns honrosos nomes à lista, que aqui tenho vindo a publicar, dos leitores que não se acobertam por detrás de palavras de «neutralização» que a desdita «parte portuguesa» prometeu a dita «parte angolana» para os cidadãos que em Portugal desenvolvem actividades «ilegais» e «hostis» ao regime soviético-cubano do MPLA em Angola. São eles: António José da Silva Ramires, de Lisboa, e Albertina Feio, Júlio Manuel Cepedá, Pedro Alberto de Freitas Alves e Carlos Sequeira Alves, todos desse espantoso núcleo de Guimarães.

As contradições de um bispo auxiliar

Freitas do Amaral e de Sá Carneiro? Eis uma interrogação que pairou entre muitos católicos presentes ao acto religioso. Associados à aversão ao «vermelho», temos os indícios mal camuflados de manipulação da consciência religiosa do nosso Povo, pressagiando actos de membros do clero comprometidos até às orelhas com líderes do PPD/PSD e CDS de Trás-os-Montes, Minho ou Beiras, confessos admiradores de regimes contrários aos interesses dos desfavorecidos, das classes trabalhadoras, usando a religião como trampolim para o domínio dos capitalistas, dos exploradores do nosso Povo, contrários à função social da Igreja.

A propósito são de lembrar as atitudes de coragem e honestidade de membros da Igreja que se colocaram ao lado do Povo contra o fascismo, contra todas as formas de exploração capitalista, como

o padre Christian Ravier durante a ocupação nazi em França. Ao responder num tribunal fantoche nazí, acusado de proteger elementos da resistência, aquele sacerdote alegou em sua defesa: «Sou padre, mas nesta guerra também tenho sido soldado que não se rendeu. Lutei pela justiça. Não espero encontrá-la neste tribunal...» Mais tarde foi fuzilado pelos alemães.

O povo do Minho, sabe que os seus representantes na Assembleia da República aprovaram uma lei que torna o voto não obrigatório. Sabe, também, que Deus e a sua essência religiosa nada tem a ver com a prática política ditada de alguns altares, difamando os princípios da isenção e independência que deve ter uma Igreja prestigiada e admirada por todos os católicos.

José Régua
Pese da Régua





a Rua

6 SET. 79

SEMENTES DE ESPERANÇA

...ção pertinente
...mos. O grande mal é que os cristãos têm pouco gosto pelas leituras sagradas.

Estamos num tempo em que um cristão não pode nem deve contentar-se com a afirmação de que é cristão, cumprindo formalmente, tradicionalmente, certas práticas religiosas. Há que investigar o melhor possível as motivações da sua fé, solidificando a vida religiosa e defendendo-a dos ataques venenosos que os inimigos da Igreja e de Cristo espalham por aí. Não temos nós ouvido tantas vezes certos doutrinadores políticos afirmarem que se pode ser marxista e católico, comunista e cristão? Não temos ouvido essa propaganda facciosa e mentirosa de que não há incompatibilidade para um católico de se inscrever no Partido Comunista? Não temos nós ouvido afirmar, por responsáveis do Partido Comunista, que no seu seio se encontram católicos e até sacerdotes? Mas serão católicos verdadeiros? Mas serão sacerdotes? Ou estaremos perante a mentira, o disfarce, a nojenta propaganda? A verdade é que reina, por aí, grande confusão, pelo que os cristãos têm de estar atentos, olhos bem abertos, firmes na sua fé, esclarecidos e devotados à Igreja. Precisam de, nas ocasiões oportunas, dar o seu testemunho, agindo com ciência e consciência. Os cristãos têm de lutar e de não permitir, à sua volta, que outros adormeçam ou se deixem enganar.

PADRE A. ROCHA MARTINS

EVANGELHO SEGUNDO SÃO MARCOS

Naquele tempo, Jesus voltou a sair da região de Tiro e, passando por Sidon, veio para o mar da Galileia, por dentro do território da Decápole. Trouxeram-lhe então um surdo que falava com dificuldade e supplicaram-lhe que impusesse a mão sobre ele. Jesus tomou-o consigo em particular, para longe da multidão. Meteu-lhe os dedos nos ouvidos e com saliva tocou-lhe a língua. Depois, erguendo os olhos ao Céu, suspirou e disse-lhe: "Effathá", isto é: "Abre-te". Abrirem-se os ouvidos do homem e logo se lhe desfez a prisão da língua, e começou a falar correctamente. Jesus recomendou então aos presentes que não dissessem nada a ninguém. Mas, quanto mais lho recomendava, tanto mais intensamente o apregoavam eles. Assombrados ao máximo, diziam: "Tudo tem feito admiravelmente: faz que os surdos oiçam e que os mudos falem".

JN

6-9-79

POLÍTICO

AS MULHERES E OS CATÓLICOS

Quando a maioria já regressou à uma parte dos portugueses está de malas aviadas, há a sensação de que o país político se encontra a banhos, de férias, num litoral qualquer. Pura ilusão! Este é um dos momentos que fazem movimentar em todo e por todo o país os responsáveis dos aparelhos partidários, os pequenos e grandes políticos...

E que se avizinha a conquista dos votos: a disputa entusiasta, o abuso dos meios de comunicação social, a campanha feroz contra os adversários, usando por vezes a difamação e quase sempre a deturpação e a injúria e, até, a calúnia. Isto não será tipicamente português — acontece em qualquer país onde o sufrágio é o processo de alcançar o Poder.

Mas, antes disso, há a fabricação das listas que se irão propor ao eleitorado. E essa é a tarefa que neste momento os «notáveis» nacionais debatem entre si, em pequenas batalhas no interior das diversas cidadelas do regime.

Se se deverá ter em atenção que provavelmente iremos confrontar-nos com um leque demasiado grande de partidos, não é menos importante sublinhar que a verdadeira disputa se centrará em torno dos «quatro grandes» que, à semelhança do Nacional de futebol, têm parceiros apenas para ajudar à festa... No caso dos grandes, um há que prepara as suas listas com tempo — dirão que através de um processo objectivo, quicá científico... — enquanto os outros procuram captar figuras que presumivelmente representem enriquecimento e oportunidade, votos certos.

Nesta «feira», há quem, no entanto, lance os olhos para a nova moeda portuguesa — as mulheres e os católicos. Dir-se-á que, neste caso, há partidos mais interessados do que outros na busca de um clientelismo que, uma vez mais, irá sobrepor-se à qualidade dos candidatos a propor ao povo. Com completo desprezo pelos interesses do país, ignorando a necessidade de uma resposta eficaz aos detractores do parlamentarismo, esses partidos debatem-se dentro das suas muralhas num jogo subtil procurando fundamentalmente ou manter nas suas propostas os bons e os maus exemplos ou preservar os lugares que, de algum modo, são importantes.

Mas esta preocupação pelas saias e pelos católicos começa a ser perfeitamente inconcebível. Não se deve premiar os coladores de cartazes — o que já aconteceu e que maus resultados deu. Mas não se pode ignorar ou preferir os que, competentemente, lutam ao longo dos tempos, nos momentos difíceis, pelos seus próprios valores, de sociedade. Quer-se dizer: é preferível optar pelo que é nosso e não pelo que pode ser um «compagnon de route», mas que a meio do caminho poderá afastar-se. Os independentes não existem!

E não será de aceitar-se que os partidos, para estarem «up to date» encham as listas dos que têm como alestado o espartilho que já não se usa... ou dos que, aos domingos, sacrificam a manhã para ir à Santa Missa...

JOSE SARAIVA

Quo is, Dominatrix?

Senhora D. Maria de Lurdes Pintessilgo, para onde se dirige V. Exa.?

Donde vem, sei eu. Não o desconheço e desconheço uma interessante assimetria no mais curioso paralelo que me ocorre estabelecer: o cortejo com Galaaz.

Galaaz demandava o Graal; V. Exa. proceda do Graal; Galaaz era um cavaleiro; V. Exa. é mulher. Galaaz foi um puro; dos costumes de V. Exa. não falarei. Galaaz era um herói lendário da Távola Redonda; V. Exa. é a triste realidade que preside, por enquanto, a um conselho de ministros. Galaaz, como personagem da literatura, pertenceu ao ciclo bretão; V. Exa., como atriz política, representa o seu número num circo de figurões — a democracia.

A sua origem, parece que a não ignora. Mas o seu destino, qual é? — Eis aqui o grande mistério.

Eu vou, no entanto, responder a essa questão:

V. Exa. apresenta-se para policiar as eleições: se elas se realizarem deve conseguí-lo. Chega para reactivar as irreversíveis conquistas: não duvido que o alcance, se persistir nesse propósito. Colheu, enfim, nas suas mãos a vara do mando para na altura mais propícia a pensar a pessoa indicada para vibrar o golpe final: aqui, Senhora D. Maria de Lurdes, tenho a honra de informá-la que tais propósitos falharão.

No debate do programa do gabinete que V. Exa. chefiava, colheu-se uma lição positiva: um arguto deputado socialista teve a caridade de nos informar que o PSD é um partido com bases e sem dirigentes, enquanto o CDS tem os seus dirigentes mas carece das bases. Quer isto dizer que o primeiro ficou, pelo menos, hemiplégico e ao segundo faltam-lhe os pés: dois monstrozinhos, em suma, o que não me repugna aceitar. Perfeitos são o PS, o PC e a UDP. O PS pode muito bem não ter pés nem cabeça, mas ninguém negará que um fantasma possui o

seu encantador atractivo; o PC tem a tendência irremediável de visar cabeças, mas poupa os pés; finalmente, a UDP, que perdeu parte do seu colorido desde que Acácio Bernaldos caiu em desgraça continua a ser uma bela figura decorativa, com cabeças e pés, não obstante o acidente já assinalado.

Estamos, assim, edificadinhos: se recebêssemos o apoio formal destes perfeitos partidos, não me sobram dúvidas que o Governo de V. Exa. seria um governo perfeito, tão perfeito que até arrelia.

No entanto, o que aconteceu? — Passou-se que esses partidos, manhosos, deixaram tal encargo para um grupo parlamentar constituído *ad hoc* — a ASDI. De qualquer modo, V. Exa., hoje, é Governo.

Tivemos já, em Portugal, nos tempos da Monarquia, uma mulher, que sendo de nacionalidade espanhola e não lhe competindo propriamente reinar, foi, contudo, uma ardentista de polpa e se portou mais portuguesamente do que o marido — refiro-me a D. Carlota Joaquina. Eu queria traçar uma comparação entre ela e V. Exa., portuguesa pela lei e posta nas funções da governação pelos mecanismos da democracia; desejava-o, ardentemente, mas esbarrei com um obstáculo intransponível: não sei que dizer do seu portugalismo, nos termos em que o fez da mulher de D. João VI, pela razão simples de que V. Exa. não tem marido.

V. Exa. quer dialogar com o povo. Ora, ou se serve o povo ou se o intruja. E não é na conversa fiada que está a salvação. De resto, por uma fatalidade singular, há certos tipos de diálogo que terminam sempre no mais arrastado e pesado monólogo: o Governo fala e o povo cala!

Entrega-se V. Exa. a extravagâncias na sua vida privada? Se assim é, deixe, ao menos, o recato cobri-lo. Não exarbite e comece, daí, a tripudiar publicamente com Deus e com a Pátria:

Por

JOAQUIM MARIA CYMBRON

Não o faça com Deus porque essa religião esotérica, (que parece professor), a religião de todos aqueles que também acompanham V. Exa. no aprazido desejo em dialogar com o povo e se consomem noutras ansias demagógicas, mas apresentam o Céu, um Céu lá muito estranho como prémio exclusivo para as inteligências privilegiadas, tal religião principia e estar descreditada cá no nosso burgo: tem ou teve o seu santuário mais conhecido na Capela do Rato e recrutou os ministros da sua fúrgia entre os despadrados ou naqueles que para lá caminham.

Rotularam tal culto de católico. Católico, como? Nunca o foi nem será, porque é oligárquico e o catolicismo não é religião dum casta, mas de todos os homens.

Por outro lado, tome V. Exa. cautela nas brincadeiras em que quiser envolver a Nação, porque os Portugueses, quando precisam arrumar a casa, costumam agarrar nos trastes e ditá-los por uma linha: não me dá jeito de deixar entrar uma lufada de ar puro. É este o jeito que têm de pegar favores dessa natureza e que até hoje vem sendo piedosamente venerado, esculpulosamente praticado e invariavelmente seguido: tornou-se um hábito histórico.

IGITUR, CAVE HOC!

O "povo soberano" vai

preparar-se para escolher os "súbditos", que o hão-de governar. Deus queira que depois de andar à roda não venham com tamentações. Aquilo que apañaram já lhes devia ter servido de escarmento.

Eu, como não possuo essa devoção eleicoeira e nunca entrei na tómbola, acho uma infinita graça quando ouço dizer que o Senhor Presidente da República se afastou do seu eleitorado. Apartou-se, realmente, de muitos, talvez da maioria. Mas quem o mandou votar num homem totalmente esfingado, utilizado pelo PC com uma habilidade de mestre? Este partido não hesitou apresentar um candidato formal e sacando lucros do seu crónico dualismo político gerou nos incautos a impressão de que quem não fosse pelo candidato do partido era por um candidato contrário ao partido.

É claro que a responsabilidade de esporear cabe a muitos que, hoje, sincera ou hipocritamente, batem, contrito, no peito. Eles também batem na tábua. E é por isso que eu sustento uma vez mais: enquanto o povo não se compenetrar que o valor dos homens passa e não se conta, continuará vulnerável a todo o género de marcos e não deixará de andar à beira do precipício.

A democracia ou se enterra ou é cozeira. A Pátria, no entanto, não pode ser sepultada!

Fundação Cuidar o Futuro

Coluna ao alto

NARANA COISSORO

"Tempo" 6 SET. 79

... procura proletariante mediante a manipulação do escudo e acções que incentivam a política de «terra-queimada». O Conselho da Revolução faz a política de maioria de esquerda quando quer desacreditar os partidos democráticos, provocar a erosão da Assembleia da República na sua estrutura pluripartidária vigente, e criar motivos de idiosincrasia pessoal com os líderes do CDS e PSD. A Primeiro-Ministro faz a política de malonia de esquerda quando procura anestesiar ou mesmo amordaçar a voz da hierarquia da Igreja com interpretações estapafúrdias do Evangelho e Vaticano II e quando invocando a militância católica defende a cientificidade da luta de classes e do sovietismo. Quando se faz tudo isto os diversos braços da maioria de esquerda prosseguem a mesma estratégia que destruiu Portugal após o 11 de Março e procuram arrastar os portugueses para a sua contínua e degradante proletarianização que é inseparável da pauperização acelerada, como agora e friamente executada pelo Presidente do ASDI e ministros das Finanças do Executivo LP/PC/PS.



O voto dos católicos e a «agressão» do PC

Tempo

6 Setembro, 1979

A hierarquia da Igreja, correspondendo a movimentos de «pressão» dos católicos no sentido de que a Conferência Episcopal tomasse atitudes tendo em vista o esclarecimento e orientação da cristandade no concernente às opções políticas, já iniciou uma campanha contra o abstencionismo, sendo assim a primeira instituição, por sinal a que mais influência e peso tem num país tradicionalmente católico e onde a opinião dos ministros de Deus é de um modo geral acatada com respeito, a apelar para o voto dos portugueses na consulta eleitoral que se avizinha.

Foi, aliás, um prelado — o bispo auxiliar de Braga, D. Manuel Ferreira Cabral — a primeira voz da Igreja a lembrar que o voto é uma obrigação cívica que nenhum português consciente deve deixar de cumprir, pois, para além de permitir a selecção dos governantes, é a mais genuína forma de expressar a sua vontade e o meio de se decidir o modelo de sociedade. Aquele prelado, em oportuna homilia de há cerca de duas semanas, avisando que esse dever tem de ser exercido para defesa das liberdades civis e políticas, considerou mesmo que um católico deverá, se necessário, faltar à missa para votar, não sendo de admitir que numa encruzilhada tão dramática como a que vivemos se deixe de votar para não faltar à missa.

Segundo informação recolhida

pelo «Tempo» junto de fontes dignas do maior crédito, a campanha da Igreja contra o abstencionismo teria sido decidida há menos de um mês em reunião do Episcopado, em Fátima. Seria na sequência dessa resolução que D. Manuel Ferreira do Amaral faria o seu apelo durante a peregrinação ao Sameiro, o qual foi recebido pelos católicos como um sinal de que a hierarquia se encontra determinada em responder às inquietações dos fiéis. Esse apelo está a ser secundado pelos sacerdotes de toda a área da arquidiocese de Braga e já se estendeu, mesmo, a outras dioceses do Norte, em especial de Trás-os-Montes, onde a homilia do último domingo teve precisamente como tema a obrigação dos católicos em depositarem o seu voto nas urnas nas próximas eleições.

Meios católicos contactados pelo nosso jornal mostraram-se muito satisfeitos com a posição assumida pela hierarquia da Igreja, assinalando que, depois de uma fase em que enfrentou problemas de reconversão, revela a consciência de olhar para o País tal como ele é hoje, em que não pode haver lugar para quaisquer complexos. Por outro lado, admite-se que, no contexto da doutrina da Igreja, confirmada pelo Concílio Vaticano II e frequentemente recordada nos últimos anos por Papas bispos, o Episcopado português deve estar em condições de apoiar a sua campanha a pontos mais controversos, como o do marxismo, com

vista a lembrar que o marxismo é inconciliável com o cristianismo, aconselhando assim os católicos a não votar em projectos que se opõem à liberdade religiosa.

Entretanto, o Partido Comunista desencadeou uma campanha de «agressão» no Minho, extensiva, aliás, a todo o Norte, onde as tradições religiosas do povo são mais arraigadas, para procurar a captação do eleitorado católico. Depois do dr. Cunha haver ido a Braga afirmar, contrariamente às provas de que os comunistas têm dado em todo o mundo, que a liberdade dos católicos é totalmente respeitada nos regimes marxistas totalitários, o partido acaba de fazer na mesma cidade a primeira reunião fora de clandestinidade das suas cúpulas regionais, durante a qual, estando presentes cerca de cem dirigentes de toda a região, foi estabelecida a estratégia a desenvolver ali a todos os níveis nos próximos meses. Os jornais afectos ao PC anunciaram que esse encontro, efectuado no liceu bracarense, traduzia a crescente implantação partidária no Minho, o que foi considerado pelos observadores como exagerado, embora o partido tenha utilizado nos últimos tempos tácticas mais subtils, depois de substituir os seus activistas, através da transferência de funcionários idos de outras zonas, em muitos casos consagrando isto através de empregados de empresas e serviços públicos colocados em todo o Norte. A.F.



9 Setembro 1979

Edição Especial

Na ONU Pintassilgo com Papa e de novo relações Igreja-Estado

A coincidência das datas em que Maria de Lurdes Pintassilgo falará nas Nações Unidas e em que o Papa João Paulo II visitará Nova Iorque e a sede da ONU, parecem confirmar a notícia dada por "Edição Especial" no passado dia 5 de gosto em primeira mão e que passamos a transcrever: "Fontes próximas do porta-voz oficial do Vaticano (padre Romeo Panciroli) deram a conhecer, ontem, em Roma que o Vaticano encarária como provável a inclusão do nome do novo Primeiro-Ministro na agenda de individualidades a serem brevemente recebidas pelo Papa João Paulo II".

Maria de Lurdes Pintassilgo deslocar-se-á a Nova Iorque no fim de Setembro e discursará na Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 1 de Outubro. O Papa João Paulo falará na Assembleia Geral no dia seguinte, 2 de Outubro.

Esta audiência, a veni-car-se, constituiria um motivo de reforço da imagem da primeira-ministra portuguesa e certamente reacenderia a polémica que se vem travando acerca das ligações do novo chefe do executivo com a Igreja Católica.

Partindo da formação católica de Lurdes Pintassilgo os sectores mais favoráveis ao V Governo têm procurado fazer acentuar as ligações entre a Igreja e o Poder, como forma de suscitar apoios ao novo executivo num país tradicionalmente católico.

Como resposta, os partidos que se mostram mais críticos à nova solução governativa buscaram também uma imagem mais ligada com a hierarquia católica portuguesa, nomeadamente através de audiências com o Cardeal-Patriarca.

A hierarquia tem, no entanto, mantido uma posição

de silêncio que pretende ver interpretada como isenção e não como crítica ou apoio.

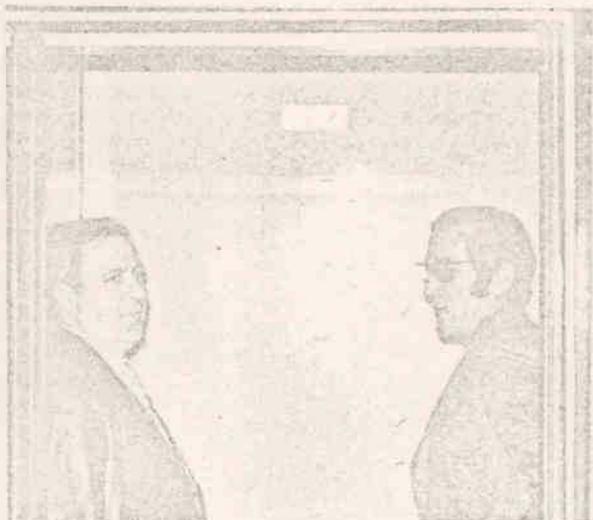
Mas o debate prossegue e, segundo fonte que "O Jornal" considera digna de todo o crédito, o tema das relações entre a Igreja e o Poder político teria sido debatido numa recente reunião de bispos com assento no Conselho Permanente da Conferência Episcopal.

Nessa reunião teriam surgido duas posições divergentes. Uma defendendo uma posição de prudência, traduzida pelo tradicional silêncio e outra que preconizava uma relativa demarcação do episcopado em relação ao Governo, visando acautelar a independência perante o poder temporal, sem que tal significasse uma crítica global ao executivo.

Julga-se que terá sido a primeira posição, perfilhada nomeadamente pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa, que terá prevalecido.

“Manobra de propaganda do Conselho da Revolução”

A possibilidade de Pires Veloso poder vir a candidatar-se à Presidência da República tem suscitado diversos comentários por parte da Imprensa. Recentemente, alguns órgãos de Informação afirmaram que seria intenção de Pires Veloso, antigo comandante da Região Militar Norte — cargo no qual se destacou pela importante acção desenvolvida em defesa da liberdade, ao opôr-se às tentativas totalitárias do PC nos anos conturbados de 75 e 76 — pedir a passagem à reserva para se dedicar à actividade política. Um informador por nós contactado, das relações próximas daquele oficial-general, limitou-se a esclarecer que “tal não é previsível, pelo menos para já, embora a candidatura seja cada vez mais admitida como



provável pelo próprio Pires Veloso, nas conversas privadas em que nesse sentido tem sido pressionado”.

Ainda em relação a Pires Veloso, outros órgãos de comunicação divulgaram que o órgão de tutela do regime es-

teria disposto a vetar, de novo, a sua promoção a general. As mesmas notícias davam como certa, ainda, a disposição daquele militar em não querer ser promovido, preparando-se para recusar uma eventual decisão do CR nesse sentido, nem que para tanto tivesse de se antecipar, como um pedido de passagem à reserva, para se dedicar à vida política. A este propósito, o mesmo informador adiantou-nos que tal notícia é totalmente falsa. “Trata-se, conforme ainda há poucas horas me dizia o sr. brigadeiro — salientou o nosso interlocutor —, de uma manobra de propaganda do Conselho da Revolução para previamente obter o perdão de opinião pública, por mais uma vez ir opôr-se à promoção de Pires Veloso”.

11.9.79cm

Veloso não recusa promoção

Fundação Cuidar o Futuro

«É totalmente falsa a notícia» divulgada por um jornal do Porto, segundo a qual, apesar de «estar o Conselho da Revolução predisposto para, mais uma vez, se opor à promoção de Pires Veloso a brigadeiro», este oficial não querina agora a promoção, «preparando-se para recusar uma eventual decisão do CR nesse sentido, nem que para tanto tivesse de se antecipar com um pedido de passagem à reserva, para se dedicar à política» — declarou ao nosso jornal uma fonte bastante próxima do antigo comandante da Região Militar do Norte.

«Trata-se, conforme ainda há poucas horas me dizia o sr. brigadeiro — salientou o nosso interlocutor —, de uma manobra de propaganda do Conselho da Revolução para previamente obter o perdão da opinião pública, por mais uma vez ir opôr-se à promoção de Pires Veloso. Como era lógico que ele não quisesse ser promovido, quando aguarda decisão dos recursos que fez para os Supremos Tribunais Administrativo e Militar pela sua

promoção? Como era tal possível ainda se eis nem sequer podia recusá-la, se ela lhe fosse concedida pelo Conselho da Revolução?»

E o informador com quem contactámos concluiu: «Claro que Pires Veloso não tem por meta essencial da sua luta contra o Conselho da Revolução a obtenção formal das estrelas de brigadeiro, mas também é óbvio que, se não estivesse convencido da respectiva justiça e merecimento, não andava a bater-se, judicialmente, por elas».

Quanto ao desígnio de pedir a passagem à reserva para se dedicar à actividade política, designadamente para preparar a sua eventual candidatura à Presidência da República, o informador por nós contactado limitou-se a dizer-nos que «tal não é previsível, pelo menos para já, embora a candidatura cada vez mais seja admitida como provável pelo próprio Pires Veloso, nas conversas privadas em que nesse sentido tem sido pressionado, pelos mais diversos tipos de pessoas».

Como assessor militar

10 SETEMBRO 1979 O DIA

Oficial «melo-antunista» no gabinete de Pintassilgo

O coronel Nuno Lousada, oficial do Exército muito ligado ao “PREC” e identificado com a chamada “ala melo-antunista” do sector castrense, está a prestar serviço no gabinete do Primeiro-Ministro, como assessor militar, lugar muito importante e com a mais larga influência em S. Bento.

Nos meios militares, especialmente no Estado-Maior General das Forças Armadas,

o funcionamento do coronel Nuno Lousada em S. Bento causou grande estranhamento, sobretudo por não ter havido nomeação, já que aquele oficial está colocado na Divisão de Planeamento do EMGFA e passou para o serviço do Gabinete de Lúdas Pintassilgo quando entrou no seu período de férias.

Segundo fontes autorizadas, aquele oficial superior teria sido “despachado” para

as novas funções pelo tenente-coronel Vítor Alves, naturalmente satisfazendo um pedido formulado pelo actual Chefe do Governo. O coronel Nuno Lousada, que esteve muito ligado ao tenente-coronel Melo Antunes, foi um dos negociadores da entrega do poder em Moçambique à Frelimo e exerceu no período revolucionário o cargo de secretário do Conselho da Revolução.



Varela Gomes vai voltar...

Depois do apelo aos fuzilamentos o refúgio na Lei da Amnistia

Diário de Lisboa

Segunda-feira, 10 de Setembro de 1979

Varela Gomes volta a Lisboa

É o seguinte o texto da carta que o coronel Varela Gomes dirigiu ao presidente da Assembleia da República e aos grupos parlamentares:

«Ao abrigo da Lei da Amnistia aprovada na Assembleia da República, na segunda quinzena do mês de Julho, regressarei a Portugal em meados do mês de Setembro, interrompendo o exílio no estrangeiro a que me vi forçado, em virtude da perseguição política de que fui alvo após os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975.

«Tenho perfeito conhecimento que, até ao momento, a Lei da Amnistia não foi ainda promulgada e que nada consta sobre a data da sua eventual publicação, pelo que, tecnicamente, se pode considerar adiada sine die.

«Trata-se de uma situação original (escandalosa) no mundo, em assunto tão sério como é o destino dos perseguidos e exilados políticos.

«Trata-se de uma situação grave (hipócrita) em Portugal, pois se pretende iludir o Povo Português e achincalhar a função e o voto dos seus representantes.

«Regressando a Portugal nestas condições sujeito-me às represálias oficiais, designadamente por parte das autoridades militares.

«Enfrento-as com o mesmo espírito com que tenho combatido durante muitos anos pela democracia e pela libertação das classes trabalhadoras, contra o

fascismo, suas revivências salazareñas e processos pidescos.

«Ao dar conhecimento, por este meio, da minha decisão aos grupos parlamentares e por seu intermédio aos respectivos partidos políticos, confio em que o acto político — em que, por força das circunstâncias, se vê transformado o meu regresso do exílio — seja entendido e apoiado pelas organizações políticas e de massas como mais uma necessária intervenção na luta pela instauração efectiva da democracia em Portugal.»



Fundação Cuidar o Futuro

— DIÁRIO DE NOTÍCIAS — 10-9-1979

Diversas alterações na hierarquia militar

Estão previstas para breve diversas alterações na hierarquia militar, tendentes, em alguns casos, a reconduzir junto das Forças Armadas individualidades ligadas a Governos anteriores. O caso mais importante é talvez, o do brigadeiro Firmino Miguel, antigo ministro da Defesa, que deverá ser colocado como director-adjunto do Instituto da Defesa Nacional.

O general Concelção e Silva, da Força Aérea, ocupará, segundo se crê, o lugar de director daquele Instituto, em substituição do almirante Leonel Cardoso, na reserva.

Outro antigo ministro, o coronel Gonçalves Ribeiro (que foi titular da Administração Interna), será, em princípio, o novo comandante da Escola Prática de Cavalaria de Santarém. O comando da Escola tem, como se sabe, pertencido ao coronel Alves Ribeiro que vai frequentar um curso de altos comandos, no Instituto de Altos Estudos Militares.

Os antigos governador de Macau, coronel Garcia Leandro, e res, em Pedrouços, secretário de Estado das Obras Públicas daquela território, coro-

O vespertino comunista publicou ontem uma carta dirigida ao presidente da Assembleia da República e aos grupos parlamentares pelo coronel Varela Gomes, que fugiu de Portugal por ocasião do "golpe" do 25 de Novembro.

Varela Gomes deseja interromper o seu "exílio", ao abrigo da Lei de Amnistia aprovada na Assembleia da República e ainda não promulgada pelo Presidente da República. "Trata-se de uma situação original (escandalosa) no mundo, em assunto tão sério como é o destino dos perseguidos e exilados políticos. "Trata-se de uma situação grave (hipócrita) em Portugal, pois se pretende iludir o Povo Português e achincalhar a função e o voto dos seus representantes..."

O menos que se poderá dizer desta atitude é referir que representa o cúmulo da deslealdade e da falta de decoro. Todos se recordam — e os militares particularmente — que foi o signatário desta carta quem pediu o fuzilamento puro e simples dos seus colegas envolvidos no 11 de Março, demonstrando assim como resolveu a sua maneira o "destino dos perseguidos". E todos têm ainda presente a tenebrosa actividade daquele militar na 5.ª Divisão, cuja série de desmandos lhe valeu o ódio do Povo e da grande maioria dos seus representantes.

Esta tomada de posição de Varela Gomes no momento presente é interpretada em meios militares, que ficaram indignados com a fórmula utilizada, como um meio de pressão junto de Belém no sentido de acelerar a promulgação da Lei de Amnistia. Sublinham os mesmos meios o significado político de ser um jornal comunista a fazer-se porta-voz do grande "democrata"...

nel Ferreira Correia, foram, o primeiro, colocado na Academia Militar, e o segundo indigitado para comandante do Regimento de Transmissões do Porto.

Enquanto isto, o coronel Nuno Lousada, um dos componentes da delegação portuguesa que há cinco anos negocia em Lusaca a independência de Moçambique, tem vindo a funcionar como assessor do primeiro-ministro, eng.ª Maria de Lurdes Pintastigo.

O brigadeiro Tomé Pinto, ex-chefe do Estado-Maior da Região Militar de Lisboa foi, entretanto, proposto para comandar a Brigada Mista Independente de Santa Margarida, afecta à NATO.

Por sua vez, o coronel Hugo dos Santos abandonará o comando da Escola Prática de Infantaria de Mafra a fim de frequentar um curso de Altos Estudos Militares.

Finalmente, e segundo declarações prestadas à Aboop, o comandante e o segundo-comandante da Região Militar do Centro, respectivamente, brigadeiros Neves Adelino e Passos Ramos, deverão abandonar aquelas postos no mês de Outubro.



As Forças Armadas e a democracia

O "Nove de Setembro" seis anos depois

Vasco Lourenço

Garantir a consolidação da democracia

Recordando os meses de conspiração, considero naturalmente que, apesar das muitas dificuldades que tivemos de vencer, foi com relativa facilidade que alcançámos os nossos objectivos. Essa facilidade viria, aliás, a ser a causa primeira de muitos erros cometidos no futuro e dos respectivos amargos de boca.

Penso ser indiscutível que a dignificação das Forças Armadas junto do povo, de que são parte integrante, foi um facto, como causa primeira do glorioso 25 de Abril.

Passados que são, no entanto, mais de cinco anos sobre essa data histórica, forçoso se torna perguntar se essa dignificação se mantém integralmente e se todo o prestígio então alcançado é hoje um facto incontroverso. Fácil nos parece concluir-se pela negativa, tornando-se por isso necessário reflectir sobre as razões.

Que erros terão sido cometidos, no âmbito das FFAA, que terão provocado essa diminuição de prestígio? Pois não terão elas, apesar dos erros cometidos ao longo destes cinco anos — ainda que muitos que lhes são imputados não sejam, pelo menos em parte, da sua responsabilidade —, sido o agente principal do derrube de um regime despótico e ilegítimo e ao mesmo tempo o garante fundamental da consolidação de uma democracia, que permite e permitirá ao povo português o uso da sua própria soberania e a construção de uma sociedade cada vez mais justa, mais igualitária e mais fraterna, como resultado lógico da expressão livre da sua vontade?

Ou será que têm razão aqueles que acusam as suas FFAA (ou parte delas) de serem um entrave, presente ou futuro, à consolidação dessa mesma democracia? Será que as Forças Armadas estão mesmo «condenadas» (entre aspas, pois nesse caso o condenado será o povo) a desempenharem um papel fundamental na não consolidação da democracia em Portugal?

Será que as FFAA se mostrarão incapazes de, em permanência, dizer não às minorias que as pretendam utilizar para fazer valer as suas posições? (Pretensões essas que são tentadas das mais variadas maneiras, desde adulações directas a militares ou tentativas de os fazer aderir os seus designios até a acusações feitas a outros de conspirações, desejos de implantação de um regime militarista e insinuações de novos tiltar das espadas).

Sinceramente, a estas últimas perguntas, terei que responder que não. Considero que, apesar de alguns sinais enganadores, os militares portugueses, e em consequência as FFAA serão capazes de serem o garante da nossa Constituição, da vontade do nosso povo e assim da consolidação da democracia em Portugal.

É que, apesar de descontentes com muitas situações no interior das FFAA (que os lesam directamente e lhes não permitem uma situação estável e a visualização de um futuro aberto e aliciente): apesar de, cada vez mais, assistirem a uma tentativa de deturpação do papel das Forças Armadas e em alguns casos até a uma autêntica perseguição aos homens que continuam a identificar-se com o espírito de Abril; apesar de, nos critérios de apreciação dos militares, se sobrealizarem por vezes aspectos político-ideológicos (obviamente em desfavor dos minimamente notados com a esquerda...) face às características de competência, idoneidade, bom senso, sentir democrático, fidelidade à Constituição, etc.: apesar de desiludidos com a

falta de resolução de muitos dos seus problemas (por exemplo: quem poderá responder pelo facto de, neste momento, não estar resolvido, e voltar a estar na ordem do dia, o problema concreto que serviu de causa à reunião de 9 de Setembro de 73?); apesar de preocupados com a actual situação de crise do nosso país, que se arrasta há bastante tempo: apesar de tudo isto e muito mais, os militares portugueses sabem que a resolução dos problemas nacionais, portanto os do seu povo e logicamente os seus próprios, só se verificará através da prática da democracia, o mesmo é dizer, da prática efectiva da vontade expressa pelos portugueses.

Por isso, estou certo que não será possível a utilização dos militares para inviabilizar que essa prática seja um facto. Por isso, estou certo que não será possível, mesmo que o tentem insinuar, levar as FFAA a distorcer a vontade do nosso povo. É só através da defesa dessa mesma vontade, sem um mínimo de pressão no sentido de a distorcer, é que as Forças Armadas poderão manter a consideração e a admiração do povo de que são parte integrante.

Para que tudo isto seja possível, para que todos os portugueses possam votar livremente e sejam apenas os seus votos a decidir do seu próprio destino, indispensável se torna que as FFAA conservem uma atitude apartidária, que só é possível não se levando a luta política para dentro dos quartéis, e os militares, nomeadamente os responsáveis maiores e directos pela administração das Forças Armadas, se coibirem de assumir posições políticas que lhes não pertencem e são portanto ilegítimas.

Sendo este um dos aspectos que mais me preocupam, e espero tratar publicamente num futuro próximo, considero importante prestar-lhe alguma atenção.



ADITAMENTO
ao boletim
30AGO./10SET.

Por lapso na feitura do boletim de Análise de Imprensa de 30AGO. a 10 SET.79, não foi incluído, como é normal, entre os recortes fotocopiados, este artigo de um membro do CR

SACR, 13 SET.79

1
Scribano Silva
F.M.S.

TESTEMUNHO

Seis anos são passados sobre o acontecimento que, qual «picadela no elefante» (como um dos seus organizadores o definiu), marcou o início da arrancada do «Movimento dos Capitães», que se havia de transformar no MFA e ser o obreiro do 25 de Abril de 1974.

Como um dos organizadores dessa reunião, num monte alentejano, a 9 de Setembro de 1973, penso que serão oportunas algumas reflexões — apenas algumas reflexões e não um balanço mais profundo dos acontecimentos destes últimos seis anos — nomeadamente sobre o estarem ou não alcançados os objectivos que então nos levaram à conspiração.

Torna-se necessário, em primeiro lugar, recordar que não foram apenas os problemas levantados pelos célebres decretos de Sá Viana (abençoados decretos!) que nos levaram à reunião do «Nove de Setembro».

Se assim fosse, muitos, ou mesmo todos, teriam seguido as pisadas de um dos capitães, que nessa reunião desempenharia papel importante e, mais tarde, quando expulso do Movimento (passados apenas dois meses) me acusava de «não ter ido a Évora a pensar apenas nos decretos».

Como ilustração de um dos maiores flagelos que atingiram o 25 de Abril desde o início — o oportunismo —, poderemos apontar, por exemplo, de quem logo surgiria como um dos homens de Abril (quando passara o tempo de conspiração a fornecer elementos denunciadores de toda a nossa actividade ao secretário de Estado do Exército) a ocupar um lugar de ribalta e de bastante importância...

Dignificação de Forças Armadas

O objectivo principal da nossa actividade era, numa perspectiva corporativista, o de lutar por uma dignificação das Forças Armadas perante o povo português, dignificação essa que nós sabíamos apenas atingível atrás do derrube do regime fascista-colonialista e da devolução ao nosso povo da sua própria soberania.

Para isso era necessário organizar os muitos descontentes, que se sabia existirem nas Forças Armadas, aproveitando o melhor possível as «armas» que «Chefes» incapazes e senis nos ofereciam. Daí a feliz imagem de «picadela no elefante», que estava adormecido.



A missão do Conselho da Revolução

Apesar dos ataques que tem sofrido, nomeadamente por parte das forças que de democratas parecem ter apenas o nome, considero a existência do Conselho da Revolução da maior importância para a consolidação da democracia em Portugal.

Penso ser incontroverso que, após a acção histórica e patriótica do MFA no derrube do regime fascista, muitas dificuldades surgiram para que a democracia se consolidasse. A menor dessas dificuldades não seria certamente o perigo que constituía a apetência pelo poder que alguns militares viriam a demonstrar e a resistência que oporiam à prática da vontade popular, desde que diferente da sua própria.

Temos muitos exemplos desses na nossa História e daí os cuidados que havia que tomar... Analisar as várias tentativas que se verificaram, nesse sentido, logo a seguir ao 25 de Abril, considero-o desnecessário pois são por demais conhecidas do público.

Quiseram os portugueses, quer através dos seus principais partidos políticos, quer através dos seus militares, concertar uma plataforma de acordo, que viria a ser incluída na Constituição da República, e se destinava essencialmente a organizar a intervenção política dos militares na vida nacional, durante um período de transição considerado necessário e suficiente (e faço votos para que o seja, efectivamente suficiente) para que a consolidação da democracia fosse um facto em Portugal ficando as Forças Armadas naturalmente inseridas na vida nacional e totalmente subordinadas ao poder político, legitimado pela vontade popular.

Não vou aqui escarpelizar toda a prática do Conselho da Revolução, durante a sua existência. É um facto que muitos dos seus actos e procedimentos não têm agradado, e têm desagradado mesmo, a sectores vários da nossa sociedade política. Devo confessar, aliás, que também a mim me têm desagradado alguns desses seus actos, o que não significa que não assumo a minha quota parte de responsabilidade, em todos eles.

Recordando, no entanto, a prática do CR, considero que, em termos revolucionários, ele tem muito pouco, nomeadamente nos últimos três anos, em termos de consolidação da democracia, desenvolvido uma acção fundamental.

Derrubado que foi o regime fas-

cista, impunha-se acautelá-lo, como já referi, que os militares, deixassem que a democracia se desenvolvesse e consolidasse no nosso país.

É um dos maiores perigos que se avizinhava era o da repetição dos acontecimentos da República com discussões políticas permanentes no interior dos quartéis. Com a criação do CR conseguiu-se que essa discussão, se fizesse antes num órgão próprio, Órgão de Soberania a que a Constituição atribuía missões e competências específicas.

Olhando para trás, e vendo como o CR tem constituído uma autêntica almofada, sofrendo embates dos dois lados — ora por ser pouco ou nada revolucionário, ora por ter muitos poderes e os exercer —, penso que ele está a cumprir a sua missão principal, que é a de facilitar a passagem de um regime totalitário para um regime democrático, e a de conseguir que a democracia se consolide e torne irreversível.

Não à política nos quartéis

Por tudo isto, é imperioso que, durante o período de vigência do CR, ele seja o único órgão político-militar, tal como a Constituição determina.

Perigoso, pelos resultados forçosamente nefastos para a estabilidade política e, por conseguinte, para a democracia, será que quaisquer militares (por mais importantes que sejam, individualmente ou em grupo) tentem assumir poderes e missões políticas que só ao CR pertencem!

Estará assim introduzida novamente a discussão política no inte-



rior dos quartéis e posta em perigo a missão apartidarismo activo (não confundir com apoliticismo) que às Forças Armadas pertence.

Estou certo, porém, que isto não se passará e que a democracia não terá que vencer novas perturbações para que se possa consolidar. É que, mesmo que tal se verificasse, a consciência democrática da maioria dos militares, a experiência ganha após o 25 de Abril e a vontade de respeitar e fazer respeitar a vontade do seu povo, permitir-lhe-ia vencer novas tentativas totalitárias.

Por tudo isso, consciente de que as dificuldades a vencer serão ainda muitas e de que nem tudo o que ambicionávamos ver realizado, quando há seis anos laçámos o Movimento dos Capitães, está conseguido, continuo a considerar que valeu a pena.

O conhecimento que tenho dos militares portugueses, permite-me afirmar que, na sua resultante maioritária, atentos e vigilantes, estão dispostos a tudo fazer para que a vontade do seu povo seja respeitada.

Que todos os portugueses, no momento de votarem, o façam com a certeza de que a sua vontade é livre e será respeitada, não havendo pretorianos que possam impedir a sua prática — por muito que isso pese a alguns dos nossos políticos que tanto apregoam a democracia e passam a vida a sonhar com o tintar das espadas...

E assim se irá concretizando, também cada vez mais, a dignificação das Forças Armadas Portuguesas perante o seu povo, objectivo que serviu de cimento à união dos militares, que começou em 9 de Setembro de 1973 e teve o seu ponto culminante em 25 de Abril de 1974.

